

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Agosto de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1132 • Director: Carlos Brito



**Carvalhas em Portimão
Álvaro Cunhal no distrito de Setúbal**

É POSSÍVEL DERROTAR A DIREITA

Págs. 4 e 5

O baile (co)mandado

■ Artigo de
Carlos Luís Figueira

Pág. 12

CUBA avança a recuperação

■ Miguel Urbano Rodrigues

Centrais



Não somos diferentes Somos opostos!

■ Pedro Ramos de Almeida

Pág. 13



Festa das músicas



a festa

Castiglione
entrevista
Bernstein





Álvaro Cunhal visita o distrito de Setúbal

RESUMO

9 Quarta-feira

Uma intoxicação alimentar atinge 21 crianças, em colónia de férias, na Madeira ■ A Igreja Universal do Reino de Deus desconvoca a manifestação programada para sábado ■ Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, o Alentejo apresenta a maior taxa de mortalidade de Portugal ■ As atletas portuguesas portuguesas Fernanda Ribeiro e Carla Sacramento conquistam as medalhas de ouro e bronze respectivamente, em provas mundiais de atletismo ■ Um jornalista da BBC-Rádio é morto pelo exército croata quando efectuava uma reportagem naquele país.

10 Quinta-feira

José Eduardo dos Santos reúne-se com Jonas Savimbi no Gabão, em mais um passo na tentativa de conseguir a paz para Angola ■ O Presidente da Rússia, Boris Ieltsin, apela à realização de uma cimeira entre os presidentes da Sérvia, Croácia e Bósnia, organizada por Moscovo ■ Em El Salvador, despenha-se um Boeing 737, provocando 65 mortos ■ O Presidente norte-americano, Bill Clinton, anuncia uma lei que limita a venda de tabaco a adolescentes, e considera a nicotina como uma droga ■ Três presumíveis guerrilheiros bascos são detidos pela polícia espanhola em Palma de Maiorca, quando planeavam um atentado contra o Rei Juan Carlos.

11 Sexta-feira

A resistência timorense considera-se difamada com a classificação de «terrorismo separatista» com que é apelidada num texto da autoria do Ministério da Defesa e exige pela voz de Ramos Horta a «demissão de todos os responsáveis» ■ Os comunistas de Vila do Conde consideram a atitude da Câmara Municipal de retirar cartazes de propaganda eleitoral da CDU e da «Festa do Avante!» «uma clara prova de prepotência, sustentada numa maioria absoluta obediente e silenciosa» ■ O Tribunal Constitucional delibera pela inconstitucionalidade de dois preceitos da autorização legislativa ao Governo sobre o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais ■ As Nações Unidas alertam para as execuções sumárias praticadas pelas forças croatas depois de conquistarem a Krajina ■ A Líbia e a Argélia assinam um acordo no domínio da segurança ■ Clinton anuncia a decisão de os EUA negociarem «uma verdadeira e completa interdição dos ensaios nucleares».

12 Sábado

Álvaro Cunhal visita o concelho de Alcácer do Sal, onde participa em várias iniciativas de pré-campanha da CDU ■ Em Portimão, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, participa num almoço-convívio juntamente com candidatas e activistas da CDU ■ O bispo de Setúbal defende a legalização de imigrantes em Portugal ■

Violentos confrontos em Belfast provocam duas dezenas de feridos, entre os quais 12 polícias ■ O senado norte-americano aprova uma resolução que apela à França para renunciar aos ensaios nucleares ■ A Coreia do Norte propõe um projecto de unificação com a Coreia do Sul ■ Doze pessoas, entre as quais três crianças, ficam feridas na sequência de uma explosão de uma viatura armadilhada em Soudania, no Sudoeste de Argel ■ Fernanda Ribeiro obtém a medalha de prata na corrida dos 5 mil metros, nos campeonatos do mundo.

13 Domingo

Terminam os Mundiais de Atletismo de Gotemburgo, com a delegação portuguesa a ter o seu melhor desempenho de sempre graças às atletas Fernanda Ribeiro, Manuela Machado e Carla Sacramento, que obtêm quatro medalhas duas de ouro, uma de prata e uma de bronze ■ Um violento incêndio deflagra nos arredores de Coimbra, ameaçando várias pequenos aglomerados populacionais ■ Bagdad anuncia a sua intenção de revelar à ONU todas as informações sobre armamento ■ Russos e americanos reúnem-se nas margens do Mar Negro para analisar a questão Bósnia ■ Colonos israelitas matam um palestiano perto do colonato de Beit El.

14 Segunda-feira

As regiões Centro e Norte continuam a ser duramente castigadas por incêndios ■ Um grupo de pais e professores pedem a anulação das provas de geometria descritiva à Comissão Nacional das Provas Específicas e ao Provedor da Justiça e à Ministra da Educação ■ A resistência timorense aceita o pedido de desculpas do ministro da Defesa, Figueiredo Lopes, pela expressão utilizada num livro do Ministério, em que o conflito em Timor-Leste é definido como «terrorismo separatista» ■ O chefe de estado-maior do Exército português admite um «erro» na venda, em 1994, de lotes de sucata e material militar obsoleto, juntamente com os quais terá sido incluído algum armamento ■ O chefe do estado-maior thetcheno, Aslan Maskhadov, recusa um plano de desmilitarização proposto pelos russos ■ O 48º aniversário da independência do Paquistão é marcado por uma nova vaga de violência em Carachi, onde 13 pessoas são mortas.

15 Terça-feira

Vaga de incêndios que varre o país provoca duas vítimas mortais ■ Inicia-se uma greve dos guardas florestais para forçar o Governo a negociar a revalorização das suas carreiras ■ O presidente Eduardo dos Santos encontra-se em Brasília com o seu homólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso, numa deslocação para contactos com políticos e empresários ■ Um golpe militar em São Tomé e Príncipe depõe o presidente Miguel Trovoada, o primeiro-ministro Carlos Graça e outros responsáveis daquele país, tendo provocado um morto.

EDITORIAL

O «terrorismo separatista»

A política portuguesa vai acumulando um repositório de situações e respectivos vocabulários que assume traços de originalidade. Já tivemos as «gavetas» onde o socialismo foi guardado (com carácter definitivo, como se verifica), chegaram mais recentemente os «oásis» e os «tabus», estamos agora face a uma multiplicada moda: as «gaffes».

As «gaffes» servem presentemente para explicar tudo, dos lapsos de memória sobre números essenciais da economia portuguesa até eventos bem mais graves como o sucedido com Timor na edição deste ano do «Livro Branco» do Ministério da Defesa.

Conforme se sabe, os autores da súmula do pensamento militar português caracterizaram a situação em Timor como de existência de **terrorismo separatista**.

Segundo os jornais, o Ministério dos Negócios Estrangeiros terá ficado «passado». Os representantes do povo maubere, justamente, protestaram. A opinião pública portuguesa, naturalmente, indignou-se. O actual ministro cavaquista da Defesa, inevitavelmente, alegou uma «gaffe».

Mas não parece que a questão possa ficar por aqui.

Em primeiro lugar, há uma questão de linguagem que é tudo menos insignificante.

Segundo fontes do Ministério da Defesa, a utilização da expressão **terrorismo separatista** tem carácter «puramente técnico». «Revela - segundo fonte citada por «O Independente» - que a resistência tomou proporções ao último nível, o armado» e «os conflitos são tipificados tendo em conta os intervenientes e os tipos de coacção».

Não consta que a originalidade da terminologia militar leve a que na sua literatura os termos *espingarda*, *louvor* ou *ofensiva* tenham significados substancialmente diversos dos que lhe são atribuídos pela sociedade. Não se vislumbra assim essa «originalidade técnica» que levaria a supor que **terrorismo** não significa exactamente isso: terrorismo.

Não parece que, do ponto de vista técnico e a bem da eficácia da linguagem, seja particularmente útil a ninguém a confusão de conceitos. Seria mesmo de supor que num problema como a qualificação de fenómenos tão sensíveis como os envolvendo violên-

cia, o rigor terminológico será não só útil, como de meridiana necessidade. Recorde-se que a jurisprudência ou qualquer ramo da ciência fazem dessa clarificação de conceitos uma pedra angular do seu trabalho.

Assim não o entende o Ministério da Defesa do felizmente último Governo de Cavaco Silva. A recordar discursos não muito longínquos na nossa História, nos seus conceitos e palavras a única coisa que separa a luta armada do povo de Timor do atentado no metro parisiense de Saint Michel ou da cidade de Oklahoma é que, num caso, o terrorismo é «separatista» e noutro caso não o é.

Custa a crer.

Mas se a identificação entre «terrorismos» é um desastre, a distinção «separatista» é uma catástrofe. No

Portugal precisa de facto de outro governo e, sobretudo, de outra política. Que não considere os trabalhadores «mão-de-obra disponível», que não considere os jovens uma «geração rasca», que não considere o povo de Timor «terroristas separatistas».

entender do Ministério da Defesa, os «terroristas» timorenses pretendem separar-se de quem? O «separatismo» que os impele visa dividir que unidade?

Dado que «separatismo» se refere habitualmente à divisão de uma *unidade nacional*, qual é a «unidade» que o «terrorismo» maubere pretenderá atacar? Dado que não há qualquer dúvida que a luta do povo de Timor se dirige contra o exército ocupante indonésio, chega-se a esta espantosa conclusão: no entender dos analistas do «Livro Branco» elaborado em Portugal, Timor Leste e a Indonésia fazem parte de uma «unidade nacional» contra a qual se manifesta o «terrorismo separatista».

De uma penada, por uma «tipificação» brotada ninguém sabe de onde (ou, se calhar, todos o sabemos bem de mais), o protesto mundial contra a agressão e a ocupação indonésia, contra os massacres do cemitério de Santa Cruz, duas décadas de diplomacia portuguesa, o clamor de todo o Mundo progressista e, sobretudo, o sangue e a luta de um povo são varridos da «análise» militar portuguesa.

É mau de mais para ser verdade.

Estamos face a um retrato político e ideológico do cavaquismo nesta sua última fase. Mas, tão ou mais importante, estamos igualmente face a um retrato do cavaquismo tal como é e tal como continua a ser e gostaria de continuar.

Não pode passar despercebido que os últimos meses conheceram outras «gaffes» que, de forma nada inocente, têm dado do Governo a descomandada imagem de uma federação de ministérios, mas onde entre todos se sobrelevavam os incidentes - as «gaffes»... - que têm como protagonistas os Ministérios da Defesa e o dos Negócios Estrangeiros.

Foi o nebuloso caso das OGMA em Angola, foi o caso das OGMA com os motores dos helicópteros franceses para a Indonésia, é agora o «Livro Branco» e o «terrorismo separatista».

O Ministério dos Negócios Estrangeiros fica, sucessiva e convenientemente, «estarcido», «passado», roça mesmo o «indignado». A Defesa Nacional ignora, justifica, averigua - e desculpa-se. A coordenação interministerial anda, com toda a evidência, pelas ruas da amargura.

Mas é impossível esquecer que estes desentendimentos entre os Negócios Estrangeiros e a Defesa se desenrolam quando os principais protagonistas governamentais dessas pastas são, no essencial, os mesmos que disputam a sucessão cavaquista. Do facto há incontornavelmente duas conclusões a tirar.

A primeira é que é bizarro que tantos incidentes ao nível governamental surjam tão a propositadamente para alimentar os ajustes de contas partidários. É um facto que diz muito sobre a ética política do PSD, da forma como no cavaquismo ambições partidárias, problemas governativos e questões nacionais se misturam num sombrio e nada dignificante emaranhado.

A segunda é que, se os actores destes duelos travados a golpes de vergonhas para o País são de facto os herdeiros do cavaquismo, então há acrescidas razões para de vez pôr cobro aos dez anos que ele já durou.

Portugal precisa de facto de outro governo e, sobretudo, de outra política. Que não considere os trabalhadores «mão-de-obra disponível», que não considere os jovens uma «geração rasca», que não considere o povo de Timor «terroristas separatistas».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

30 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

30 números: 13 300\$00

EUROPA

30 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

30 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

30 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de corréio.

Minas e armadilhas

As provas específicas de acesso ao ensino superior voltaram a dar, este ano, grossa escandaleira.

O caso mais retumbante foi a prova de Geometria Descritiva. Ainda agora acaba de ser anulada a repetição desta prova, que estava marcada para o dia 21 de Agosto, pela mesma Comissão Nacional das Provas Específicas que tinha deliberado promovê-la e fixado a sua data há uma semana atrás.

É um desenlace justo, mas anedótico, de um processo que se arrasta desde o dia 10 de Julho com graves transtornos e sobressaltos para os estudantes envolvidos e respectivas famílias.

Foi muito especialmente pela acção destas, de professores do secundário e pelas posições do Provedor de Justiça que acabou por ficar provada a justiça dos protestos que acusaram o exercício número 2 daquela prova de não ter solução possível, bem como a «existência de situações de iniquidade nas classificações atribuídas».

Até o Presidente da CNPE, Prof. Meira Soares, teve que vir a público reconhecer, em entrevista ao «Expresso»: «fiz algumas declarações menos reflectidas. Sei que cometi alguns erros neste processo».

É uma autocritica significativa. Importa porém salientar que não se trata apenas da questão pontu-

al da prova de Geometria Descritiva. As escandaleiras repetem-se ano após ano. Quem não se lembra do que se passou o ano passado com a prova de Matemática e já então também com a prova de Geometria Descritiva? Quem não se escandaliza com os baixíssimos níveis médios das classificações repetidamente atribuídas, especialmente nas provas das chamadas ciências exactas?

Mais uma vez este ano fala-se de níveis médios de 17 por cento em Matemática e 19 a 20 por cento a Física. Já agora seria bom que Meira Soares esclarecesse qual o «problema pequeno» da prova de Física.

Estes níveis médios baixíssimos testemunham certamente a crise e a ineficiência do nosso sistema de ensino, mas são sobretudo reveladores da vontade política da presente governação de dificultar o mais possível o acesso ao ensino superior público.

Os candidatos ao acesso não têm apenas que enfrentar as altas muralhas dos «numeros clausus», têm que percorrer o terreno minado das provas específicas, um autêntico sistema de minas e armadilhas, mas que ao contrário do programa da SIC, não é a brincar, é a doer e em muitos casos a doer pela vida fora.

É doloroso ver como professores universitários prestigiados se prestam ao vergonhoso papel

de elaborarem enunciados de provas que sabem desproporcionados em relação aos conhecimentos adquiridos pelos candidatos e por vezes tão maldosamente enovelados que os próprios autores também caem no novelo.

Pois não é isto que acaba de acontecer com a prova de Geometria Descritiva e a situação caricata em que se colocaram o juri, a Comissão Nacional das provas e o seu Presidente, que é além disso Reitor da Universidade Clássica de Lisboa?

Chegados aqui não podemos deixar de nos interrogar sobre qual o móbil de uma actuação que sendo tão gravosa para os nossos jovens é além disso tão amesquinhadora do nosso sistema de ensino público, todo ele, e dos seus mestres.

Tudo pesado, o móbil parece ter que ver com o aparecimento, como cogumelos, de unidades privadas de ensino superior (a maior percentagem nos países da União Europeia), e com a preocupação da política de direita que as criou de querer continuar a alimentá-las com grossos caudais de estudantes excluídos do ensino público.

Mais uma questão de negócios. Um sistema de transvases à maneira de Cavaco, a ilustrar a sua decantada reforma do ensino superior.

■ Carlos Brito

Como é evidente

Ouçam esta: «A ambição do PCP não é derrotar o PSD mas sim derrotar o PS». E esta: «A tese de que a política do PS e do PSD são idênticas é totalmente fantástica». E ainda esta: «O PCP tem um longo caminho a percorrer, de modernização, antes de ser um parceiro credível para uma coligação governamental».

São todas de Guterres, constam de uma entrevista ao Diário de Notícias (9.8.95) e constituem exemplos perfeitos da prática de viciação de dados em que o Secretário-Geral do PS se especializou.

Guterres sabe que enquanto ele próprio gastava o seu tempo em «desafios» mediáticos ao Governo, apoiando, de facto, as grandes linhas da política de direita e buscando ansiosamente uma «nova maioria» que lhe permitisse substituir Cavaco e fazer, à sua maneira, a mesma política de direita, o PCP combatia com todas as suas forças o Governo do PSD e a sua política e disponibilizava-se e lutava por uma alternativa ao Governo e à política de direita.

Guterres sabe que está a fugir à verdade dos factos quando qualifica de «fantástica» a tese de que «as políticas do PS e do PSD são idênticas». Compreende-se que lhe interesse mais fingir-se oposição plena e fingir que tem uma proposta alternativa à política actual pois essa é a melhor forma que tem de procurar iludir o eleitorado de Esquerda. Mas ao contrário do que Guterres persiste em fazer crer, qualquer cidadão medianamente informado sabe que essa identificação das políticas do PSD e do PS não é uma «fantasia» do PCP: trata-se de um facto real, concreto, facilmente demonstrável, reconhecido unanimemente por todas as forças políticas nacionais e bastas vezes afirmado por destacados dirigentes do PS incluindo — é preciso lembrá-lo — o próprio António Guterres.

Resta-nos finalmente a questão do «longo caminho de modernização» que, segundo Guterres, o PCP teria de percorrer para ganhar o estatuto de «parceiro credível». Aqui Guterres faz o pino: de facto as coisas são exactamente ao contrário do que ele diz: é o PS que terá de distanciar-se da política de

direita e de fazer o «longo caminho» de aproximação aos valores e objectivos da Esquerda. Se quiser ganhar o estatuto de «parceiro credível», obviamente.

Há meses atrás Guterres fez uma transparentíssima declaração sobre o seu conceito de esquerda — a «esquerda moderna» como ele tem necessidade de acentuar, certamente para marcar distância em relação à Esquerda (à Esquerda que, porque o é de facto, dispensa adjectivação). Dizia ele que há vinte anos ser de esquerda era estar com as nacionalizações enquanto que hoje, ser de esquerda é estar com o processo de privatizações. É difícil ser-se mais claro na demonstração concreta desse deslizar progressivo para a direita que caracteriza a prática da ex-Esquerda, vulgo «esquerda moderna».

Posto isto, resta-me a tarefa de mais uma vez e pacientemente explicar a António Guterres que:

1. Como é evidente, a ambição do PCP é a de derrotar não só o PSD mas também a política de direita e que tal objectivo será tanto mais possível de alcançar quanto mais forte for a votação da CDU nas próximas eleições.

2. Como é evidente — e como Guterres sabe melhor do que ninguém — há uma profunda (e grave e lamentável) identidade de políticas entre o PSD e o PS. Daí o esforço do PCP no sentido de procurar impedir que a política de direita saia pela porta laranja e entre, sorradeira e disfarçadamente, pela porta cor-de-rosa.

3. O PCP assume-se e afirma-se como o grande Partido da Esquerda; actua em conformidade com essa postura; considera que a justiça social, a liberdade, a solidariedade, a fraternidade — valores básicos da Esquerda — continuam a constituir o que de mais moderno existe em matéria de direitos e valores humanos. Por isso continuará a bater-se por estes valores e a procurar ganhar para a sua defesa um número crescente de portugueses e portuguesas independentemente das suas opções partidárias. Como é evidente.

■ José Casanova

A mina de ouro

Sob o título «Mina de ouro chamada Pego», o suplemento económico do Diário de Notícias incluiu há poucos dias um interessante artigo noticiando os «surpreendentes» lucros apresentados pela Tejo Energia no primeiro ano de operação plena da central eléctrica do Pego e a grande satisfação dos seus accionistas.

Sumariando alguns factos conhecidos:

A EDP projectou e construiu no Pego, próximo de Abrantes, uma grande central térmica a carvão, cuja potência (quando estiverem construídos os quatro grupos geradores de 300 Megawatts cada) permitirá satisfazer 25% das necessidades nacionais de energia (referidas a 1992).

Em Dezembro de 1993, a EDP vendeu a central do Pego à Tejo Energia contra o pagamento de 155 milhões de contos, com um único grupo gerador pronto, mas já com o

segundo em construção (cuja entrada na rede está prevista para meados do próximo ano).

A Tejo Energia é uma empresa quase totalmente estrangeira, estando o seu capital repartido entre a National Power (inglesa, com 45%), a Endesa (empresa pública espanhola, com 35%), a EDF (empresa pública francesa, com 10%) e a própria EDP (apenas com 10%).

O «negócio» da Tejo Energia consiste fundamentalmente em vender à Rede Eléctrica Nacional, da EDP, quer a sua disponibilidade para produzir electricidade (com base num contrato celebrado entre as duas entidades), quer a energia eléctrica efectivamente produzida e entregue à rede. E tão bem correu o «negócio» à Tejo Energia, que no primeiro ano de operação e apenas com um grupo gerador instalado, os

proveitos operacionais ascenderam a 24,5 milhões de contos enquanto os custos operacionais não ultrapassaram os 14,6 milhões de contos.

Se se acrescentar que a Tejo Energia conseguiu durante o primeiro ano amortizar 5,5 milhões de contos do empréstimo contraído para a sua aquisição (garantido pelos próprios activos da central...) e que registou os primeiros lucros sete anos antes de 2001, ano em que estava previsto isso acontecer de acordo com as previsões da empresa e dos bancos, estará explicada a grande satisfação dos seus accionistas.

Gestão tão «afortunada» tem obviamente explicações.

O próprio Presidente do Conselho de Administração da Tejo Energia, no relatório e contas da empresa, levanta a ponta do véu ao sublinhar que «o principal factor que tem contribuído

para a apresentação de resultados positivos, antecipados relativamente à expectativa original do projecto», tem sido o contrato firmado com a EDP relativo à disponibilidade para produzir electricidade, e não a venda da energia efectivamente produzida e entregue à rede.

Se se acrescentar que o Presidente do Conselho de Administração da Tejo Energia é a figura sobejamente conhecida do antigo ministro e deputado do PSD Álvaro Barreto, e que a «venda» da central do Pego envolveu directamente o próprio do membro do Governo PSD responsável pelo sector da Energia, os resultados da empresa tornam-se afinal menos surpreendentes.

É que a «mina de ouro» da Tejo Energia chama-se de facto PSD.

■ Edgar Correia

KRAJINA

A lógica da guerra

Longo em 4 de Agosto, quando a ofensiva militar do exército da Croácia na Krajina estava ainda em pleno desenvolvimento, o PCP, alertando para a perigosíssima escalada do conflito, denunciou frontalmente «a cobertura e apoio das grandes potências», nomeadamente os EUA e a Alemanha, na iniciativa bélica brutal e ilegal do regime de Tudjman. Notícias ulteriores confirmaram que a ofensiva croata estava de há muito planeada e apenas aguardou o momento e o pretexto para ser desencadeada. Confirmaram também que o exército croata foi abundantemente municiado e instruído por alemães e norte-americanos, que terão aliás apoiado logisticamente e mesmo participado na planificação das operações militares.

Mas se então apontávamos com inteira razão a responsabilidade das grandes potências imperialistas na preparação e desencadamento da operação militar croata, impõe-se, agora, denunciar a sua **responsabilidade directa, sobretudo da Alemanha e EUA, pelos crimes que têm sido praticados pelas forças armadas croatas na Krajina e na Bósnia-Herzegovina.** Responsabilidade na morte de muitos milhares de homens, mulheres e crianças cujo único crime foi o de nascerem sérvios e de recusarem o domínio do regime fascizante instalado em Zagreb; na destruição e pilhagem de cidades, vilas e aldeias; na perseguição das vagas de fugitivos que se cruzam em todas as direcções em busca de refúgio; na onda de terror que está a conduzir ao maior êxodo e à pior operação de limpeza étnica dos quatro anos do conflito.

O envolvimento directo do imperialismo na criminoso ofensiva croata é tão flagrante que os próprios plúmbeos ao seu serviço mal se atrevem a negá-lo. A sua preocupação é sobretudo justificar a ofensiva, silenciando e minimizando quanto possam o estendal de crimes e a hecatombe humanitária a que deu lugar. Cai assim a máscara de «imparcialidade» e «humanismo» afivelada pelo imperialismo no conflito que tem devastado a ex-Jugoslávia. As campanhas hipócritas sobre «direitos humanos», a «limpeza étnica», os «direitos das minorias» de «respeito pela legalidade internacional» cedem lugar a uma fria descrição de operações militares. É de facto a lógica de guerra e não a da negociação política do conflito que está a impor-se.

A situação na antiga Jugoslávia entrou numa nova fase cujo desenlace a curto e médio prazo é imprevisível. Temos porém como certo que qualquer solução de «pacificação» imposta pela força das armas e do exterior — na qual jogam as grandes potências — será sempre injusta e precária, e caldo de cultura de novas e ainda mais devastadoras explosões de nacionalismo. Toda a História e em particular a história dos Balcãs o demonstra.

Os agentes do fascismo, do nacionalismo agressivo, do fanatismo religioso estão a ser alimentados nos Balcãs em vastíssimas proporções. É necessário apontar os seus mais directos responsáveis. Mas também alertar para que há situações em que o silêncio adquire um inquietante significado. É o caso do governo do PSD que uma semana depois do desencadamento da sangrenta ofensiva croata não tinha ainda produzido qualquer declaração oficial. As tardias e genéricas declarações de Durão Barroso à agência Lusa de modo algum respondem à gravidade da situação. Sobretudo quando há portugueses no teatro de operações e se estão a preparar forças militares para uma eventual intervenção na ex-Jugoslávia.

■ Albano Nunes

Álvaro Cunhal em Casebres e Rio de Moinhos É possível derrotar a direita

O camarada Álvaro Cunhal deslocou-se no passado sábado ao Sul do distrito de Setúbal visitando Casebres e Rio de Moinhos, terras já alentejanas, com duas festas do Partido, pretexto de convívio entre comunistas e população. Um repórter quis saber a razão por que o Presidente da Conselho Nacional do PCP visitava terras pequenas, em que o número de votos a "conquistar" não seria significativo. Álvaro Cunhal respondeu-lhe que as grandes votações resultam também da soma de muitas pequenas votações. Mas que não era por isso que ali vinha a Casebres, "uma terra de grandes tradições, populações que merecem muito respeito".

O dirigente comunista, acompanhado de camaradas da organização local e do Presidente da Câmara de Alcácer e candidato a deputado pelo círculo de Setúbal, visitou - uma vez mais, porque Casebres é já uma terra lendária da Reforma Agrária - as instalações da Junta de Freguesia de S. Martinho. Depois, entre cumprimentos e abraços, atravessou a pequena multidão que aguardava no Largo da Casa do Povo, e subiu ao improvisado palco, com Rogério de Brito e o camarada Ângelo, da Comissão Local do PCP, que apresentou, em breves palavras, os oradores.

O Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho dirigiu uma saudação a todos os presentes. Depois tomou a palavra Rogério de Brito, que começou por lembrar Casebres da Reforma Agrária, dos sonhos que se acalentavam, das lutas e dificuldades passadas, para afirmar que, apesar de tudo, Casebres é hoje uma terra diferente do que era, pela qualidade de vida, pelas infra-estruturas, pela habitação - e que muitas dessas realizações se devem ao esforço e ao trabalho das autarquias locais. "É bom que a gente se lembre que estas autarquias têm sido aqui, desde o 25 de Abril, geridas por comunistas, pela CDU. Não é para nos valermos do trabalho de uma autarquia", sublinhou, "para justificarmos o voto para a Assembleia da

República. E para dizer que os homens que são capazes de dedicar a sua actividade à construção dos meios materiais que permitam condições de vida



Em Casebres, Álvaro Cunhal e Rogério de Brito à conversa, antes do comício

dignas às populações são os mesmos que podem e estarão na AR a defender os direitos destas populações".

Álvaro Cunhal, encerrando as intervenções, recordou os momentos melhores em que visitara Casebres. E os tempos difíceis em que também lá fora, sublinhando o exemplo da capacidade, da luta e da resistência da população da terra, apesar da grande ofensiva das forças reacionárias. "Há motivos", disse, "para saudar os êxitos alcançados nessa luta". E, referindo-se ao presente, vivido em condições difíceis, o dirigente comunista salientou o facto de haver ainda uma cooperativa agrícola que

insiste em trabalhar, com o apoio da população, procurando novas soluções. "Certamente que não é aquela que dava trabalho a toda a gente, mas continua a luta pelo desenvolvimento da produção, persiste em cultivar a terra arrancando da terra o seu sustento, o necessário para o seu bem e para o bem dos seus filhos".

Apontou outros êxitos - a associação de reformados e a organização destes na defesa dos seus direitos, e outras formas de organização popular, nomeadamente de jovens. A autarquia, os melhoramentos, as portas abertas à população, o trabalho da CDU. E as grandes votações na CDU em Casebres.



Rio de Moinhos, o comício em plena festa

desenvolvido com Cavaco Silva e o PSD, e àquela que certamente continuaria se porventura o PS alcançasse a maioria absoluta e que representaria novos perigos para que a obra de destruição fosse levada mais longe.

"As eleições para a Assembleia da República", afirmou Álvaro Cunhal, "não são para votar no primeiro-ministro. A votação não é em Guterres ou em Nogueira, é nos deputados para a Assembleia. Essa votação, apesar de eles já se apresentarem como únicos possíveis primeiros-ministros, pode dar resultados que imponham reconsiderar se algum deles fica em primeiro-ministro ou se não fica nenhum deles.

"É das eleições para deputados que resultará a composição da

Assembleia e é dessa composição que resultará a formação do futuro governo. Esse governo precisa de uma maioria de votos para passar e, a nosso ver, seria muito mal pensar que uma solução fosse uma maioria do PSD ou do PS.

"Nós podemos afirmar que, no que respeita a Cavaco Silva e ao PSD, eles já estão derrotados. Já estavam derrotados, e foi preciso que o Presidente da República lhes desse a possibilidade de continuar - não dissolvendo a Assembleia, como nós reclamávamos, não marcando eleições antecipadas que deveriam ter-se realizado em Junho. Nessa altura Cavaco Silva estava já derrotado, e Mário Soares, Presidente da República, atirou-lhe uma bóia de salvação para que continuasse no Governo, continuasse a monopolizar o poder, a fazer inaugurações, a fazer leis anti-constitucionais, a servir-se do Estado para procurar recuperar da situação desastrosa em que se encontrava."

Depois de recordar que entre as políticas do PSD e do PS as diferenças são poucas, e as responsabilidades do PS na restauração monopolista e latifundista, Álvaro Cunhal apelou ao voto na CDU, acentuando que o grupo parlamentar do PCP, mesmo na situação actual de maioria de direita, pela importância dos seus membros, da sua coragem e consciência dos problemas, da sua intervenção e trabalho, das suas propostas e acção fiscalizadora, têm em muitos casos impedido certas medidas ainda mais gravosas para o povo e o país e têm contribuído para a defesa dos interesses do povo português e de Portugal.

"O reforço do grupo parlamentar do PCP, dos deputados eleitos pela CDU, é essencial para que possa haver uma viragem democrática na política nacional."

Derrotar a direita

A jornada terminou, já de noite, em plena Festa da Unidade, em Rio de Moinhos, nos confins do concelho de Alcácer. Desta vez, no palco, a música interrompeu-se, e o baile parou no recinto. Breves intervenções do camarada da organização concelhia. De novo Rogério de Brito, aludindo ao tempo em que a Reforma Agrária fora um tempo exaltante que trouxe a melhoria das condições de vida; comparando a atitude dos comunistas que, sempre junto do povo, se inteiram dos seus problemas e buscam soluções, com as dos outros partidos que só aparecem em tempo de eleições. Rogério de Brito aproveitou para afirmar ali que, sendo eleito para a Assembleia da República, não deixará de ser o Presidente da Câmara de Alcácer do Sal e que participará nos trabalhos do parlamento quando o grupo parlamentar do Partido o entender. Informação que foi acolhida com visível gosto por parte dos presentes e que tinha sido por alguns deles solicitada.

Álvaro Cunhal, que retomou os temas abordados nessa tarde, deixou, como já o fizera em Casebres, uma nota de esperança - a de que é possível derrotar a direita. Reforçando a votação na CDU e abrindo assim caminho a uma alternativa democrática.

A bóia de salvação

Sobre a situação nacional, referiu-se à ofensiva que se tem

Incerteza agita temporários na Suíça

As alterações ao estatuto do trabalhador temporário na Suíça estão a provocar grande agitação e descontentamento entre os portugueses que trabalham naquele país.

Segundo uma declaração do cabeça de lista da CDU pelo círculo da Europa, Manuel Beja, «centenas de sazonais radicados particularmente nas regiões de alta montanha manifestaram, recentemente, nas suas assembleias sindicais e em contactos nos seus alojamentos colectivos e locais de trabalho, um enorme descontentamento face às incertezas da entrada em vigor de um novo regulamento».

Recorde-se que ainda há poucas semanas altos responsáveis do Governo português indicavam como certo o desaparecimento do degradante estatuto do temporário. De seguida, o Conselho Federal da Suíça divulgou uma proposta de regulamento relativo à mão-de-obra estrangeira naquele país que, entre muitos aspectos negativos, pretende retirar a possibilidade de reagrupamento familiar.

Para Manuel Beja, que é também dirigente sindical do SIB, o maior sindicato da Suíça, não faz sentido abolir um estatuto «tão desacreditado e condenado dentro e fora das fronteiras suí-

ças, para surgirem péssimas e inaceitáveis propostas». Esta posição é ainda partilhada pela União Sindical Suíça que de imediato qualificou as alterações como uma «mudança de etiquetas».

O candidato da CDU afirma que a seguir ao período de férias os sindicatos irão intervir com acções de luta em defesa dos sazonais e suas famílias, contando desde já com o apoio das duas federações das associações portuguesas na Suíça. «Queremos uma vida harmoniosa entre suíços e emigrados na Suíça e não o aumento do muro das discriminações», conclui Manuel Beja.

Moradores do Souto apoiam CDU

Cento e dez moradores da Freguesia do Souto, com destaque para o lugar do Ferral (Santa Maria da Feira), no seguimento da sua luta contra a Transgás, manifestaram num abaixo-assinado o seu apoio à cabeça de lista da CDU por Aveiro, Manuela Silva.

O documento vem confirmar a onda de simpatia que tem rodeado a candidatura da CDU em Aveiro, já antes expressa na adesão de dezenas de personalidades da região a um abaixo-assinado de apoio e na grande receptividade dos eleitores às diversas acções de pré-campanha.

Entre os subscritores encontram-se muitos dos que fizeram frente à Transgás contra a alteração do traçado do gasoduto naquela freguesia, nomeadamente a primeira subscritora, Maria Salomé Pinho.

O texto enviado refere: «A dr^a Manuela Silva, candidata a deputada na Assembleia da República nas próximas eleições, é uma pessoa que dá apoio, que não regateia esforços e que está ao lado das populações e do direito, acompanhando de perto e com empenho os problemas. Nós, abaixo assinados, apoiamos a dr^a Manuela Silva». Seguem-se 110 assinaturas.

CAMARADAS FALECIDOS

César Abel

No passado dia 9 do corrente mês, após prolongado sofrimento, faleceu o camarada César Ferreira Abel, médico que há mais de 40 anos exercia clínica no concelho de Oeiras.

Como médico, César Abel pôs sempre os seus préstimos profissionais ao serviço das populações.

Em Oeiras, aliou durante longos anos a sua actividade clínica a uma acção social e cívica notável. Foi clínico e dirigente da cooperação local dos Bombeiros Voluntários.

Como comunista, deu ao trabalho dos organismos de Direcção Central do Partido, durante o período clandestino, um apoio de grande valia com os inerentes riscos. Ele próprio chegou a estar detido pela PIDE.

Tavares Marcelino

Faleceu, no passado dia 3 do corrente mês, Armelino Tavares Marcelino. Era natural de Arrifana (Manique do Intendente), tinha 54 anos de idade e residia em Vila Franca de Xira.

Pertencia à célula dos CTT e era delegado sindical do SNTCT.

Por lapso, na anterior edição do «Avante!» referimos o nome deste camarada como sendo Ermelindo.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

No Algarve Cresce confiança na eleição de um deputado CDU

“Com a política de direita do PSD houve estabilidade para as negociatas, mas não para quem cria riqueza (...), estabilidade para os grandes senhores do dinheiro, instabilidade para quem vive somente do seu trabalho”. Nestes termos, reportando-se a um dos seus traços essenciais, definiu Carlos Carvalhas a estratégia de actuação do consulado cavaquista na última década. Foi no último sábado, em Portimão, num almoço que reuniu mais de duas centenas de pessoas, entre candidatos e activistas da CDU, que ouviram o líder comunista reiterar a ideia de que “Portugal precisa de uma nova política a sério e não apenas de mudanças formais”, e que o objectivo do PCP e dos seus aliados na CDU “é derrotar o PSD e a política de direita”.

Atentamente seguida pelos presentes, a intervenção do Secretário-Geral do PCP (de que publicamos extractos nesta página) teve o seu primeiro enfoque na necessidade de uma nova política, “de uma saída pela esquerda”, salientando a este propósito a “aspiração do povo a uma mudança a sério,

que promova o desenvolvimento”.

Proferido de improviso, o discurso de Carvalhas centrou-se depois na questão da falsa bipolarização, referindo a este respeito que o impropriamente chamado debate entre Nogueira e Guterres, mais se deveria chamar “um dueto de jograis”,



Carlos Carvalhas: “É pela esquerda nas palavras e nos actos que está a saída do buraco em que nos encontramos”

uma vez que, disse, “pondo de lado a gritaria sobre o secundário para disfarçar as concinências sobre o essencial, é fácil adivinhar o que será tal debate”.

À atenção do dirigente comunista não escapou, por

último - e esta foi a terceira ordem de questões por si introduzida no discurso -, o texto oficial publicado pelo Ministério da Defesa que classifica a luta do povo maubere como «terrorismo separatista», comentando a propósito que

um tal documento é revelador de uma “mentalidade neocolonialista, reaccionária e conservadora” que não pode deixar de “envergonhar todos os portugueses”.

A anteceder o discurso do líder comunista, no período do

almoço dedicado às intervenções políticas - momento presidido por Rui Sacramento, vereador da CDU na Câmara Municipal de Portimão -, intervieram Celina Leal, candidata nas listas da CDU pela Intervenção Democrática e Carlos Luís Figueira, da Comissão Política e responsável regional do PCP. Da mesa fez igualmente parte Luís Catarino, presidente do Conselho Nacional da ID e mandatário distrital da CDU.

Inserida no quadro da pré-campanha em curso, esta iniciativa concelhia que encheu a esplanada do Ténis Club de Portimão veio confirmar o bom ambiente existente nas estruturas de base da CDU, visivelmente marcado por uma grande confiança na obtenção de um bom resultado eleitoral que garanta a recuperação do deputado eleito pelo círculo do Algarve.

Isto mesmo foi confirmado ao “Avante!” pelo cabeça de lista, Carlos Luís Figueira, que nos falou da receptividade às propostas da CDU e da expressiva adesão às iniciativas que a Coligação tem vindo a promover na região.

É, aliás, este apoio que em larga medida está na base do clima de confiança existente quanto à eleição de um deputado, como observou na sua intervenção Carlos Luís Figueira ao salientar que se trata de “uma possibilidade real”, que “está à vista” e que corresponde aos interesses de uma região, que, enfatizou, “precisa de eger gente disponível, combativa e conhecedora das realidades”, que lute pela “resolução dos problemas dos trabalhadores e das populações”.

Uma necessidade tanto mais imperativa quanto é certo - foi ainda o primeiro candidato da CDU pelo Algarve a lembrá-lo - que esta região encontra-se numa “importante encruzilhada”, exprimindo na sua economia a “ausência de perspectivas em que está o País”.

Dá o sentido do desafio que Carlos Luís Figueira entende estar colocado com as próximas eleições, o qual, em suma, se traduz ou na continuação de uma política subserviente às exigências de Bruxelas - no caso do Algarve, lembrou, os seus efeitos produziram “uma economia afunilada (três meses de trabalho e os restantes nove num calvário incessante), o afundamento das pescas, a destruição da indústria e a desertificação dos campos agrícolas da serra e do barrocal” -, ou numa mudança que implemente uma nova política que “defenda os nossos recursos, o nosso direito ao trabalho e a um outro modelo de desenvolvimento”.

Carlos Carvalhas em Portimão «Uma saída pela esquerda»

(...) Quando já é indistigável que «as propostas do PS e do PSD são demasiado iguais», no dizer de um editorialista, quando é cada vez mais evidente que no essencial «os dois partidos estão de acordo», no dizer de outro comentador, aparecem agora alguns a teorizar que isso longe de ser um mal é até um bem, pois constitui uma garantia de estabilidade!

Tais comentadores sabem que o povo quer mudança, que aspira a uma nova política e, então, não havendo outro remédio, que se mude alguma coisa para que tudo fique na mesma... É a teoria do mal menor.

Durante mais de uma década com a política de direita do PSD houve estabilidade para as negociatas, mas não para quem cria a riqueza;

houve estabilidade para o clientelismo mas não para os

milhares de trabalhadores que perderam o seu emprego;

houve estabilidade dourada para os beneficiários das privatizações, mas não houve para os agricultores e pescadores e pequenos empresários que foram arruinados com a política de crédito e cambial do Governo.

Estabilidade para os grandes senhores do dinheiro, instabilidade para quem vive somente do seu trabalho.

Portugal precisa de uma nova política a sério e não apenas de mudanças formais. O nosso objectivo é derrotar o PSD e a política de direita.

Portugal precisa de uma nova política, de uma saída pela esquerda. Por isso quando nós nos limitamos a chamar a atenção para as propostas do PS este diz que nós os estamos a atacar, que nós o queremos derrotar. Até nos devia agradecer por divulgarmos as suas propostas...

Mas o PS sabe que tais propostas são irmãs gémeas da política seguida pelo PSD e daí o seu embaraço. A simples palavra esquerda mete-lhe medo. Mas é pela esquerda nas palavras e nos actos que está a saída do buraco em que nos encontramos. (...)

(...) Nogueira tem dito que só debaterá com Guterres e Guterres aceita, pois um debate com os diversos partidos mostraria quem quer de facto a mudança e quem defende a continuidade no essencial.

Por isso o debate entre Nogueira e Guterres mais exactamente se deveria chamar um dueto de jograis.

É que pondo de lado a gritaria sobre o secundário para disfarçar as coincidências sobre o essencial, é fácil adivinhar o que será tal debate.

Quando Nogueira disser nós estamos de acordo com Maas-

tricht, Guterres dirá nós votámos Maastricht.

Quando Nogueira disser nós seguimos os critérios da União Económica e Monetária, Guterres dirá nós cumprimos rigorosamente o que foi acordado.

Quando Nogueira disser nós fizemos os acordos de Schengen, Guterres dirá Schengen tem o nosso acordo.

Quando Nogueira afirmar é preciso dismantlar o Serviço Nacional de Saúde e privatizar os hospitais, Guterres dirá com voz solene, nós não rejeitamos essa experiência.

Quando Nogueira disser: com as políticas da União Europeia os salários terão de ser contidos, Guterres dirá a contenção dos salários é necessária (pensando ao mesmo tempo: não posso dizer isto muitas vezes para não afigurar o voto dos trabalhadores).



Foram mais de duas centenas os activistas da CDU que não quiseram faltar ao almoço-convívio em Portimão

Afinal, que retoma é esta? Queda dos salários em 1994 agrava injustiça e desigualdade

A CGTP analisou os dados oficiais da repartição do rendimento nacional nos últimos três anos

Desde 1992, o peso das remunerações do trabalho na distribuição do rendimento nacional não pára de diminuir, tendo como causa principal a queda dos salários reais. No ano transacto, que o discurso oficial apresenta como de *retoma económica*, a diminuição da parte dos salários no rendimento nacional foi mesmo superior à verificada de 1992 para 1993.

Para a CGTP-IN, que na semana passada divulgou um comunicado de imprensa sobre esta matéria, tal evolução «veio tornar ainda mais injusta a actual repartição do rendimento». «Ainda que se trate de dados provisórios, e mesmo incluindo nas remunerações do trabalho as contribuições patronais para a Segurança Social, a verdade é que estes dados revelam uma tendência clara de agravamento das desigualdades no nosso país» - afirma a central.

«Particularmente grave, sobretudo em 1994», é a situação de alguns sectores apontados no comunicado: «Nalgumas actividades não foi possível chegar a acordo na revisão contratual dos salários, o que conduziu a menores aumentos e mesmo à não actualização salarial de muitos trabalhadores. No sector público, os aumentos salariais foram inferiores à média nacional. Nas empresas do sector público, os aumentos salariais fixaram-se quase sempre nos 2,5 por cento, havendo casos em que não houve aumentos. Na Administração Pública, o aumento genérico dos salários foi em grande parte absorvido por um aumento de encargos para a Segurança Social».

Podem crescer

A diminuição dos salários reais contrasta com o aumento da produtividade verificado no conjunto da economia. A central refere dados oficiais que têm em conta o crescimento do produto e o volume do trabalho, e que mostram crescimentos de produtividade de 1,4 por cento em 1993 e em 1994.

Para a *Inter*, «isto significa que uma maior eficiência económica dos trabalhadores não teve qualquer reflexo na melhoria dos seus salários».

Variação dos salários reais (%)

	1993	1994
Salários (1)	6,5	4,6
Inflação	6,8	5,4
Poder de compra	-0,3	-0,8

(1) Estimativa da CGTP-IN

Parte das remunerações do trabalho na distribuição do rendimento nacional (Milhões de contos)

	1994	1993	1992
Remunerações do trabalho (1)	6172	6015	5737
Rendimento nacional (2)	12721	12180	11459
%	48,5	49,4	50,1

(1) Segundo o Banco de Portugal. Inclui contribuições patronais para a segurança social.
(2) Estimativa da CGTP-IN

Custos e preços na economia (%)

	1993	1994
Salários (1)	6,5	4,6
Produtividade (2)	1,4	1,4
Custo do trabalho (1)/(2)	5,0	3,2
Preços na economia	6,8	5,1
Custo trabalho (real)	-1,7	-1,8

Fontes: GCTP-IN, INE, BP

Naqueles dois anos, o custo do trabalho por unidade produzida baixou, em termos reais, enquanto a evolução dos salários ficou aquém da subida dos preços.

Estes dados levam a CGTP a afirmar que «não existe qualquer fundamento para os que defendem que os salários não podem nem devem crescer». Tanto mais que «a quebra dos salários constitui um dos principais factores que entravam o crescimento económico, já que o consumo privado se mantém deprimido».

Por tal situação, «o Governo é o único responsável», o que retira toda a credibilidade a afirmações que membros do executivo *laranja* fazem agora, em tempo de eleições, prometendo para o futuro aquilo que não fizeram enquanto governaram. A CGTP considera ainda «preocupante e inaceitável» que «destacados responsáveis do PS, como é o caso de Daniel Bessa, façam afirmações indiciando que, caso o PS forme governo, manterão a mesma política salarial, afirmando mesmo que os salários não podem crescer».

Reportando-se à Plataforma para uma Nova Política Económica e Social, que oportunamente entregou ao partidos políticos e na qual defende «o aumento dos salários reais, a recuperação do poder de compra perdido e a aproximação progressiva dos salários aos níveis europeus, com vista a melhorar a parte dos salários no rendimento», a CGTP reafirma que «o aumento dos salários reais, além de ser um factor de justiça social, tem efeitos benéficos na economia, através do crescimento da procura interna».



Cuba Vive!

■ Manuel Gouveia
Membro do Secretariado da JCP

Uma delegação da JCP deslocou-se a Cuba, entre os dias 21 de Julho e 11 de Agosto, para participar, entre outras iniciativas, no 'Festival Internacional Juvenil Cuba Vive'. Tivemos também oportunidade de participar nas comemorações populares do 26 de Julho (42º aniversário do Assalto ao Quartel de Moncada), num destacamento de trabalho da UJC, e na Marcha Juvenil de 5 de Agosto integrada no Festival.

Sobre a 'Marcha Juvenil Cuba Vive', de 5 de Agosto, queríamos transmitir aqui alguns testemunhos recolhidos da nossa participação, e que colocaremos em oposição às informações vinculadas pelas agências internacionais de informação, aqui representadas pela Reuter. Como a foto anexa comprova parcialmente, nesta Marcha participaram meio milhão de cubanos ("Milhares de cubanos..."), na sua maioria jovens, e os 1400 delegados ao Festival Internacional, numa marcha organizada pela União de Jovens Comunistas ("... Marcha organizada pelo Governo..."), destinada a protestar contra o criminoso bloqueio dos EUA a Cuba ("... embargo..."), e a assinalar os acontecimentos de 5 de Agosto de 1994, quando a população de Havana encabeçada por Fidel Castro fez frente às provocações de um pequeno grupo de agitadores em plena crise dos balseiros, provocada pela crise económica na ilha e pela provocatória política de imigração dos EUA ("... comemorar a forma como a polícia e militantes pró-governo acalmaram os distúrbios nas ruas a 5 de Agosto de 1994 que provocaram o caótico êxodo para os EUA de mais de 30.000 cubanos...").

Ainda sobre a Marcha, é importante referirmos a forma enérgica e espontânea como esta se processou ("... organizada com precisão militar..."), e a extraordinária confiança que a Revolução demonstra no seu povo, facilmente transmitida pela ausência dos aparelhos policiais que estamos habituados a ver nas manifestações em Portugal, limitando-se a presença policial à colocação de homens, desarmados, de cordão de segurança às zonas normais, frente ao palco e bermas para o mar do Malecon ("... esteve protegida por um enorme aparato policial..."). Para estas agências, até a chuva diluviana que marcou o início da Marcha, que mesmo assim começou à hora prevista e sem que ninguém tivesse arredado pé, serviu para fazer desinformação em vez do evidente destaque pela positiva que mereceria; assim, e aproveitando o facto de Fidel só se ter juntado à marcha a 2 km do seu final, de um total de 6, como estava previsto desde o início, puderam informar que "... Castro encabeçou a manifestação apenas ao cessar da chuva...".

Para terminar, importa deixar uma imagem geral destes dias em Cuba. As dificuldades são, infelizmente, maiores do que a maioria de nós, por muito informados que estejamos, acreditamos vir a encontrar. A prostituição, a extrema degradação do parque habitacional de Havana, as dificuldades sentidas pela população no acesso a um conjunto de bens e serviços, o aparecimento, ainda ténue, de diferenças na possibilidade de acesso a esses bens e serviços, são algumas das imagens das dificuldades reais por que passa hoje o povo cubano. Mas importa também referir o que daqui levamos como garantido e se confirma plenamente chegado a Cuba: o acesso gratuito e generalizado à saúde e à educação, o pleno emprego da população e o seu alto nível de formação, a fruição e criação cultural estimulada e disseminada, a democracia mais profunda e real, a que se exerce diariamente, um Governo, um Estado, uma Nação profundamente empenhados na superação das dificuldades presentes. E há que referir algo que ultrapassou completamente as nossas expectativas mais optimistas, algo que pudemos constatar não só na marcha, mas nas famílias cubanas onde nos alojámos durante o Festival, nos CDR's que visitámos, nas festas em que participámos, nas cidades e vilas que percorremos: o apoio real, profundo, consciente e massivo do povo cubano à Revolução e seus objectivos, o apoio de um povo alegre e feliz, com confiança na sua capacidade de ultrapassar as dificuldades.

As inspecções e a Direcção-Geral de Viação Só houve pressa para dar aos privados

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro «lamenta que o Ministério da Administração Interna não seja tão célere a tomar medidas para o melhor funcionamento da DGV e para resolver os problemas dos seus trabalhadores, como o foi para, levemente, fazer a entrega ao sector privado de tarefas que deveria ser o Estado a garantir».

Numa nota recente à comunicação social, o STFPZC recorda que em Abril de 1994 os sindicatos e a federação da Função Pública denunciaram «as consequências e os prejuízos da acção de desmantelamento das estruturas da DGV que realizavam as inspecções

de veículos, numa clara opção de desresponsabilização de uma função para a qual esse organismo está vocacionado». É que, afirma o sindicato, «a realização das inspecções aos veículos por sociedades comerciais (como tal, com fins lucrativos) obviamente constituiu-se como mais um imposto sobre os veículos... só que cobrado pelo sector privado», ou seja, «o Governo trespassou responsabilidades e funções que devem ser cometidas a organismos da Administração Pública, porque (presumivelmente) isentas e sem fins lucrativos».

Na altura foi também denunciada a utilização dos trabalhadores da DGV e dos

dinheiros públicos (no pagamento de uma *linha azul*) para publicitar a actividade dos centros de inspecção privados. Os sindicatos e a federação protestaram ainda contra o facto de empresas ligadas ao sector automóvel terem sido autorizadas a abrir centros de inspecção.

Contrariando os avisos feitos pelos representantes dos trabalhadores, o Governo deixou campo livre para a implantação dos centros, e só depois procedeu à sua regulamentação. Mais recentemente, vieram a lume pressões para que o Governo diminuísse os intervalos previstos para a realização das inspecções periódicas, ao mesmo tempo que

começaram a surgir publicamente preocupações acerca da falta de controlo sobre os centros de inspecção.

Para o STFPZC, isto confirma que «afinal, tínhamos/temos razão» quanto às mudanças operadas na DGV, ao que se soma «a falta de vontade política do Ministério da Administração Interna de resolver problemas que se arrastam há muito», como a definição do Quadro de Pessoal da DGV (a respectiva lei orgânica foi publicada a 26 de Fevereiro de 1994) ou a regulamentação do abono para falhas a que têm direito, desde Outubro passado, os trabalhadores que manuseiam valores.

Potências nucleares prometem Proibir os testes depois dos testes feitos

Para poder aderir em 1996 ao tratado de proibição total dos ensaios nucleares, a França tem "necessidade" de efectuar sete a oito testes entre Setembro e Maio próximos que lhe permitam "dominar plenamente" a técnica de simulação dos ensaios, o que "não é ainda" o caso. A afirmação é do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hervé de Charette, num artigo publicado sábado no jornal sueco "Dagens Nyheter", e constitui a mais clara manifestação da filosofia subjacente à assinatura do referido tratado. As potências nucleares, uma vez garantida a sua capacidade neste domínio, propõem-se fechar a porta a novos 'concorrentes', sem abrir mão do potencial de destruição massiva de que dispõem. É a velha tese de que as armas 'más' são só as dos outros.

O ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hervé de Charette, afirmou no seu artigo que os próximos ensaios nucleares franceses são um contributo para a luta contra a proliferação nuclear, "necessária à segurança da França e da Europa". Explicando a posição de Paris, muito criticada em numerosos países entre os quais a Suécia, o ministro garante que se a França não realizar a prevista série de testes não lhe será possível assinar em 1996 o tratado de proibição total dos ensaios nucleares. Dizendo "esperar que a todos compreendam que a nossa política de dissuasão (nuclear) é uma contribuição para a estratégia da luta contra a proliferação nuclear, necessária à segurança da França e da Europa", o ministro esforçou-se por dissipar "mal-entendidos", reafirmando que os ensaios previstos no atol de Mururoa, sem perigo - assegurara - para o meio ambiente, "em caso algum" servirão para elaborar novos tipos de armas nucleares.

O artigo surgiu no mesmo dia em que o governo francês manifestou a sua satisfação pela posição do presidente norte-americano, Bill Clinton, sobre a proibição de todo o tipo de testes nucleares.

Num comunicado oficial divulgado na sexta-feira à noite, citado pela agência Lusa, o governo francês afirmou ter tomado nota com satisfação das declarações de Clinton em que se compromete a negociar a proibição de todo o tipo de testes, nomeadamente os de baixa potência, apesar da opinião contrária dos peritos do seu país".

O presidente norte-americano, em declarações à imprensa na Casa Branca, anunciou dia 12 "a decisão de negociar uma verdadeira e completa interdição dos testes", sublinhando que se trata de "uma etapa histórica nos esforços para reduzir a ameaça nuclear e construir um mundo mais seguro". No entanto, o presidente norte-americano

no não deixou de sublinhar que "o supremo interesse nacional" poderia ser invocado para retomar eventualmente os testes, caso a segurança das reservas nucleares norte-americanas deixe de poder ser assegurada. Cabe recordar que alguns conselheiros norte-americanos advertiram Clinton de que explosões subterrâneas em pequena escala ajudariam a manter o arsenal dos Estados Unidos em condições óptimas de operacionalidade.

Neste contexto, a afirmação de Clinton de que "esta decisão vai acelerar as negociações" em Genebra visando a conclusão de um tratado sobre a proibição geral dos testes nucleares, tem um alcance bastante



Manifestação de pacifistas em Paris

preciso. Feitos os testes considerados necessários e salvaguardado o recurso ao "o supremo interesse nacional", os EUA, como a França e restantes potências nucleares ocidentais, estão prontos para proibir o resto do mundo a ascender ao mesmo nível de destruição. Em política imperialista chama-se a isto 'dissuasão'. É bom não confundir com paz e desarmamento.

Protestos

Entretanto, deputados da Europa, Japão, Austrália e

Nova Zelândia preparam-se para zarpar rumo ao atol de Mururoa em protesto contra os testes nucleares franceses no Pacífico Sul. São mais de 80 deputados, que esperam reunir meio milhão de dólares para concretizar a iniciativa, e admitem financiá-la do próprio bolso se nenhum governo os apoiar.

Os deputados pretendem reunir-se em 2 de Setembro no Taiti, partindo depois de barco para o atol de Mururoa, onde pensam chegar próximo do local dos testes uma semana depois.

O grupo de manifestantes integra deputados da Austrália, Nova Zelândia, Alemanha, Japão, Itália, Suécia, Noruega, Dinamarca, Bélgica, Ilhas Cook e do Parlamento Europeu, devendo ser acompanhado por meia centena de jornalistas.

O navio dos manifestantes, que hasteará as bandeiras da Austrália e da Nova Zelândia, não entrará na zona de exclusão das 12 milhas em redor de Mururoa.

A exemplo dos milhares de franceses que em 6 de Agosto se manifestaram em Paris no 50º aniversário do bombardeamento de Hiroshima, contra a retoma dos ensaios nucleares, também os deputados pretendem com a sua acção "impedir o irreparável".

Mais do que a "proibição de testes" que as potências se preparam para aprovar em Genebra, no próximo ano, os movimentos pacifistas pretendem dinamizar a opinião pública internacional para destruição total das armas nucleares.

O porta-voz do governo francês, Don Russel, afirmou recentemente em Chicago que o centro de testes nucleares no atol de Mururoa será encerrado após 1996 e que a França tenciona proceder no futuro a "uma reconversão" do centro, que poderá tornar-se em "um clube de férias ou talvez numa estação de vigilância e observação do meio-ambiente". Dir-se-á que é um passo importante, mas basta lembrar Hiroshima para perceber que por si só, nas actuais condições, em que existem pelo menos 30 mil ogivas nucleares armadas, é um passo que não leva a lado nenhum.

A paz não é apenas a ausência de guerras, como lembrou há dias o presidente da Câmara de Hiroshima. Antes que seja demasiado tarde, é preciso destruir as armas que podem destruir o futuro da humanidade.

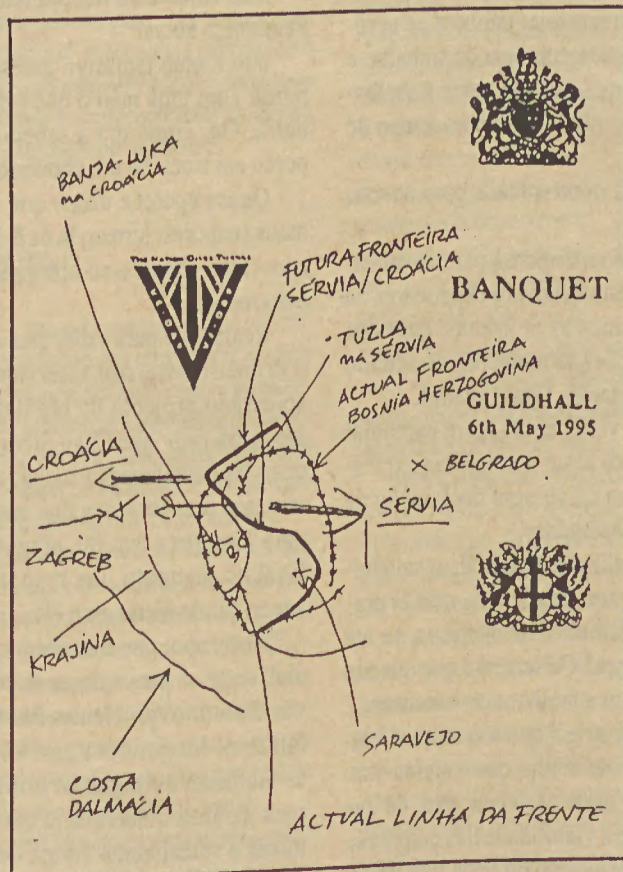
A Partilha da Bósnia

O diário britânico "The Times" publicou a semana passada um croquis desenhado pelo presidente da Croácia, Franjo Trudjman, em Maio último, representando o que na sua opinião será a ex-Jugoslávia daqui a dez anos. O croquis, que divide

a Bósnia entre a Sérvia e a Croácia, foi desenhado no cartão do convite para o banquete de Estado das celebrações do fim da Segunda Guerra Mundial para que Trudjman foi convidado, em Londres, a 6 de Maio. Segundo "The Times", Trudjman desenhou o mapa a pedido do líder liberal-democrata Paddy Ashdown, e na conversa havida entre ambos terá reconhecido a existência "de um acordo tácito com M. Milosevic mesmo que não exista em acordo formal".

Como se pode ver no mapa, que reproduzimos, a Sérvia recuperaria as cidades bósnias de Tuzla e de Gorazde e ficaria com a Eslavónia oriental, enquanto a Croácia ficaria com o controlo da Krajina e do enclave sérvio de Banja-Luka no noroeste da Bósnia que, tal como Sarajevo, seriam incorporados no seio da Federação croata, que compreenderia todos os territórios a oeste de Banja-Luka, incluindo Bihac.

Manobra de diversão ou o levantar do véu sobre o "pacto secreto" que se tem dito existir entre os dirigentes croata e sérvio, Trudjman e Milosevic? Qualquer tentativa de resposta à questão parece de momento impossível.



Mapa divulgado pelo "The Times" sobre a partilha da Bósnia, segundo o presidente Trudjman

África

Os chefes de Estado ou de Governo dos 11 países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) reúnem-se no próximo dia 28 em Joanesburgo para analisar os progressos efectuados no projecto de integração regional, discutir o pedido de adesão ao grupo apresentado pelas ilhas Maurícias e a possibilidade de realização de uma cimeira conjunta SADC/COMESA. A COMESA é uma organização que tem por objectivo a criação de um mercado comum à África Oriental, Central e Austral, e à qual pertencem alguns dos países membros da SADC. Segundo a agência noticiosa Ziana, do Zimbabwe, citada pela Lusa, a cimeira da SADC em Joanesburgo deverá ser precedida por um Conselho de Ministros, marcado para os dias 25 e 26, e por reuniões de peritos, nos dias 22 e 23. Actualmente integram a SADC a África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

França

Cerca de 300 trabalhadores da fábrica "Bigard", em França, especializada no abate e corte de carnes, estraram em greve e manifestaram-se a semana passada nas ruas da cidade para protestar contra as "pauses-pipi" impostas: um regulamento interno que obriga a só utilizar as casas de banho em horas pré-determinadas. O incumprimento da norma pode levar a perdas de salário de 50 francos (1.500 escudos) por dia. "No limiar do ano 2000, parece aberrante transformarem-nos em 'robots', obrigados a ir à casa de banho a horas impostas", dizem os sindicatos, fazendo notar que "há mais de 20 anos que os trabalhadores da empresa 'lá vão' quando têm vontade e apesar disso, a empresa não se afundou". A direcção alega "razões de organização" do trabalho para obrigar os cerca de 250 trabalhadores que laboram nas secções de desossamento e de corte a respeitar três pausas de cinco minutos cada uma, a horas fixas, para satisfazer as suas necessidades naturais. Resta saber se a 'moda' foi importada de Portugal, já que tais imposições são comuns em várias empresas do país.

Alemanha

Segundo uma sondagem do semanário "Der Spiegel", um em cada dois alemães condena a recente decisão do Tribunal Constitucional de proibir os crucifixos nas salas de aula das escolas primárias públicas da Baviera. De acordo com a sondagem, divulgada segunda-feira, 47 por cento dos interrogados condenam aquela decisão, enquanto 24 por cento concordam e os restantes 29 por cento se dizem indiferentes. Na passada quinta-feira, o Tribunal Constitucional declarou contrário à liberdade de religião, inscrita na lei fundamental, a regulamentação estipulando que as salas de aula das escolas primárias públicas da Baviera devem ostentar um crucifixo ou uma cruz. Vários membros do governo manifestaram-se contra a decisão do Tribunal, incluindo o chanceler Helmut Kohl, que a classificou de "incompreensível".

LUÍS SÁ
*O Lugar
da Assembleia
da República
no Sistema Político*

CAMINHO
coleção universitária

A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro **O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político**, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA,
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

Rancorosamente

Ele aí está, sub-repticiamente posto à discussão em período de férias. Utilizando as mulheres como cobaias da tentativa de alteração da legislação laboral. E, pelas baterias apontadas neste projecto de regulamentação da lei 4/84 a várias leis laborais, dir-se-ia que estamos perante a «jóia da coroa» de um governo que, nos últimos estertores, ainda pretende continuar, arrogantemente, a sua política anti-social, antitrabalhadores e antifamília, querendo alterar o que a luta e a resistência dos trabalhadores tem impedido.

■ Rosa Xisto

O objectivo imediato é, no entanto, o poder dos patrões, ou, como incansavelmente escrevem na proposta do texto legal, «dos empregadores». E se nada é inocente nesta proposta, também esta aparentemente simples alteração semântica não o é.

Retira-se a carga negativa de «patrões» — os que dentro da empresa: reprimem, retiram direitos, discriminam, despedem ilegalmente mulheres grávidas, mães trabalhadoras, os que fazem impressos de inscrição com perguntas ilegais, cortando à partida o acesso ao emprego...

E troca-se por «empregadores»: os que empregam, «dão» emprego, «garantem» salário, mesmo sendo o salário mínimo nacional, ou inferior, ou pago às «prestações»!

E num país onde 56% dos desempregados são mulheres, onde 76,5% do desemprego de longa duração tem rosto feminino, certamente constituirá mensagem subliminar eficiente, tornando mais fácil fazer passar questões graves.

Pois, se a esta alteração que não é, de facto, de somenos, juntarmos «o espírito e a letra» do projecto, todo ele no sentido da restrição dos direitos, mais clara fica a falta de inocência de tal «troca».

Pezinhos de lã

O texto é todo ele um repositório de filosofias castradoras e retrógradas.

O Governo continua e acentua a prática que já utilizou aquando da alteração da lei 4/84: Introduzir — sem ser em sede própria — alterações gravosas para os direitos dos trabalhadores. Indo ainda mais longe neste projecto.

Com «pezinhos de lã» aparece «inocentemente» o trabalho a tempo parcial, não só regulamentado de forma ilegal como, de direito da mãe ou do pai, o transforma em arma que o «empregador» pode utilizar, autorizando ou não, dependendo «dos altos e superiores interesses da empresa». E se autorizado, é ainda o patrão que define e determina a forma e a duração. E, para não se perder a oportunidade, também se determina que se a jornada só atingir as 4 horas, as mães trabalhadoras não têm direito a subsídio de almoço.

E, já agora, que o tempo escasseia, também se aproveita para regulamentar a jornada contínua de trabalho e se aproveita para determinar que, para as mães trabalhadoras, o tempo para a refeição não conta como tempo de trabalho!

Mas este projecto é ainda oportunidade para acertar contas antigas.

Desde sempre que o direito à dispensa para amamentação tem sido um problema para quem nos desgoverna há 10 anos. De tal forma que nunca as propostas, quer dos sindicatos, quer das organizações de mulheres, no sentido de alterar o conceito para aleitação, foram aceites.

E, de problema que era, evolui, agora, para paranóia! Não só a declaração do médico passa a exigência expressa, como cumulativamente se exige uma declaração de compromisso de honra da trabalhadora!

Mas será que a senha fiscalizadora pode ficar satisfeita? Afinal quem é que pode garantir que uma mãe lá porque tem leite, amamenta o filho? E os médicos, se até fazem greve, serão de confiança? Certamente que quando passam a declaração não viram a mulher a amamentar...

Na verdade o melhor será exigir que a criança declare, também sob compromisso de honra, que é amamentada. E porque não ressuscitar, neste caso concreto, de que depende a economia do país e a viabilidade das empresas, o papel selado? E claro! A declaração do bebé terá de ser

comprovada presencialmente no notário, ou, talvez, por via das dúvidas — que isto de filhos de trabalhadores já vêm com a tendência para a «balda» — o melhor será testemunho em tribunal!...

E pelo sim pelo não,

o melhor será fazer, também, o apelo para que quem quiser denunciar (até anonimamente) qualquer mulher que não amamente o filho se permita que o patrão (perdão), o empregador possa, liminar e imediatamente, retirar o direito à dispensa.

Exagero? Esta proposta não fica tão longe deste cenário como se pode pensar.

É este espírito de fiscalização fascizante que perpassa por todo o projecto agora posto à discussão.

São os compromissos de honra, por tudo e por nada, são os documentos escritos. É a tentativa de passar para a esfera de decisão dos patrões toda a vida dos trabalhadores.

As «preocupações» do Governo

Na verdade não sei o que seria deste projecto se o Governo e o Primeiro-Ministro não estivessem tão preocupados com a baixa da natalidade ou não fizessem da família e da resolução dos seus problemas a sua preocupação fundamental!

E está bem patente essa preocupação num projecto que mostra à saciedade a natureza de classe deste Governo, que revela também o seu conceito de igualdade e o que entende por valor social eminente da maternidade e da paternidade.

E de tal forma tudo é claro que um dos mais inovadores conceitos estabelecidos na directiva comunitária (o que determina que por decisão conjunta dos pais, a licença de maternidade pode ser utilizada pelo pai) é transposto «às avessas» para o projecto.

Onde o conceito estabelece princípios fomentadores de uma verdadeira igualdade, na medida em que tem como objectivos contribuir para a alteração das mentalidades e para que as responsabilidades familiares sejam partilhadas por ambos e, que a ambos seja dadas iguais oportunidades de decidir sobre a vida profissional, o Governo só entende a necessidade de criar mecanismos de fiscalização e de repressão para uma decisão que só compete à mãe e ao pai, exigindo um documento escrito para, claro, ser presente aos patrões!

Mas então esta licença não é paga e controlada pela Segurança Social?

Isto é uma tentativa grosseira e rancorosa de tentar retirar com uma mão o que foram obrigados a dar com a outra. Ou, como diz a sabedoria popular, «querem um porco em troca de um chouriço».

Quase apetece dizer, que se as intenções são estas, meus senhores, tomem lá os 8 dias que tão usurariamente, com tanto atraso e só obrigados, alargaram à licença de maternidade.

Realmente para saber qual o papel que este Governo e o Primeiro-Ministro reservam à mulher só faltava este apressado projecto de regulamentação e a recomeçada grosseria com que Cava Silva voltou a tratar os profissionais da comunicação social, quando, numa das muitas e recentes inaugurações que anda a fazer, interpelado por uma jornalista que lhe perguntava quantas ia fazer até final do mandato, lhe respondeu, perguntando-lhe se «queria ir de férias com ele»... Pois.

Neste ano, que é também o ano da Conferência Mundial, onde — para aplacar as consciências — os governos vão discutir os problemas das mulheres, quando tanto tem falado de Mecanismos para a Igualdade, é necessário que as mulheres portuguesas utilizem o mecanismo do voto para garantir a necessária mudança das políticas económicas e social como forma de potencializar verdadeiros mecanismos para a igualdade.

■ Zillah Branco

Desigualdades mundiais geram emigração

Ao longo da história dos projectos de desenvolvimento nacionais vemos os fluxos emigratórios como um dos factores essenciais manipulados pelos governos, tanto dos países de origem como de destino. O emigrante será o último a descobrir que é expulso da sua pátria para aliviar as carências nacionais e recebido no país de acolhimento como um factor de produção. O lado humano não entra em linha de conta, é utilizado apenas como demagogia. Como o emigrante é um *factor de produção pensante*, cuidadosamente é elaborada uma publicidade das vantagens pessoais que lhes serão oferecidas sem qualquer alusão à função *heróica* que terá na solução de problemas causados pelas desigualdades socioeconómicas mantidas pelos mesmos governantes. Afastam-no da compreensão do *papel social* que desempenham, levando-o a um raciocínio meramente *individualista* a fim de evitar que se associem como *força política*.

No século XIX da Europa empobrecida foram empurrados para os novos países, carentes de mão-de-obra especializada na produção agrícola e artesanal, milhares de trabalhadores e suas famílias. Introduziram naqueles países ainda semipovoados e com populações nativas dotadas de cultura não industrial um importante elemento de transformação socioeconómica compatível com o modelo de desenvolvimento traçado pela revolução industrial na Europa. Dessa forma assegurava-se o *domínio* europeu sobre os sistemas implantados no novo mundo. O emigrante foi prestigiado como representante da *civilização* e os nativos ficaram marginalizados nos seus próprios países como *bárbaros* e *atrasados*. Muitos fizeram fortunas e constituíram as *elites* políticas que passaram a comandar, em nome do sistema capitalista dominante, os destinos daquelas nações clara ou disfarçadamente *colonizadas*.

Quando os países da Europa alcançaram o equilíbrio necessário para dar início à sua própria expansão económica, invertaram o sentido do fluxo migratório indo buscar mão-de-obra não qualificada tanto nos países europeus mais pobres - Portugal, Grécia, Turquia, etc.- como nos países colonizados da América Latina, África e Ásia. Ofereciam a *cada emigrante* a oportunidade de convívio com a *elite civilizada*, os benefícios sociais e económicos das sociedades enriquecidas. Na realidade permitiam que representassem o papel dos *nativos bárbaros e atrasados* que deixava à elite dos países mais desenvolvidos a possibilidade de se preservar nas funções de comando social e político e, ao mesmo tempo, aliviavam as regiões empobrecidas de uma sobrecarga populacional.

Fácil é perceber como as populações são utilizadas como *objecto* na estratégia de desenvolvimento capitalista que tem por base, o *desequilíbrio* socioeconómico mundial. Os emigrantes são tratados como um *produto barato* que assegura à classe dominante no sistema o seu poder internacional. A estratégia publicitária é orientada como *cenoura à frente dos olhos famélicos*, vestindo as elites com fantasias de *beneméritos* e *supercivilizados* solidários com os pobres. O controverso paternalismo ilusionista.

“Não há bela sem senão”

Nada acontece sem trazer a sua contradição. Por ser o emigrante um *produto pensante*, ele interfere nas intenções dos *donos do poder*: organiza-se como *classe*, solidariza-se com os trabalhadores *nativos*, exige o *direito à cidadania* e à *participação política*, reclama o que foi publicitado. Isto acontece quando ele toma consciência de que não é um *produto de exportação* mas sim um *trabalhador que vende a sua força de trabalho*, um *cidadão*.

Os que emigraram da Europa para o Terceiro Mundo levaram o conhecimento não só das suas artes mas também da organização político-sindical. Foi um benefício para os trabalhadores *nativos* e uma dor de cabeça para os governantes e patrões. Nos Estados Unidos, país famoso pela imagem democrática e pela *liberdade* que não passa da estátua em Nova Iorque, foi introduzida na legislação uma cláusula que proíbe a entrada de *anarquistas* ou *comunistas*, assim como pessoas que sofram de qualquer tipo de deficiência que os torne um peso para a Segurança Social.

Os que emigraram do Terceiro Mundo para a Europa aprenderam o que significa *cidadania* e o valor das *organizações sindicais*. Enquanto não identificam o *seu grupo nacional* e a *sua classe*, aceitam a exploração e a marginalização que lhes é impos-

ta, comparando o pouco que recebem com o pouquíssimo que tinham nos seus pobres países. Mas, quando cresce a comunidade imigrante começam a surgir os actos de solidariedade e a identidade cultural e nacional emerge como um valor a ser preservado. Em contrapartida, desenvolvem-se os actos xenófobos e racistas a revelarem os preconceitos de quem os recebeu *como produtos baratos* mas não *como cidadãos*.

Reece B. Bothwell, no seu interessante livro sobre a emigração porto-riquenha para os Estados Unidos (1), chama a atenção para um fenómeno que se repete: enquanto o fluxo de emigrantes é alimentado, há uma tendência para que as pessoas se integrem na sociedade procurando serem assimiladas; quando cessa o fluxo, os que antes emigraram fecham-se em grupos étnicos, reavivam a sua identidade cultural, marginalizam-se da sociedade e passam a defender-se de qualquer maneira.

Os Estados Unidos são um país de emigrantes desde os seus primeiros Presidentes que nasceram ingleses mas defendiam a independência da ex-colónia. O crescimento económico deveu-se à vinda de grandes contingentes de emigrantes de diferentes países da Europa, da Ásia, da África e da América Central. No entanto a política migratória não leva em conta os laços nacionais e as dívidas de gratidão. Chegou a um certo ponto em que os norte-americanos decidiram impedir e seleccionar a imigração permitindo apenas a que lhes convém. Ficaram um tanto amarrados aos países que suportam a sua dominação imperialista e àqueles onde fomentam distúrbios internos por interesse político. Assim, nos últimos anos receberam os *gusanos* de Cuba e os *refugiados* dos países socialistas do Leste. Mas os desprezados latino-americanos vizinhos, continuam a chegar em grande número. Actualmente calcula-se em 5 milhões o número de imigrantes clandestinos nos Estados Unidos.

O muro denunciado em Berlim foi levantado na Califórnia

Entre a Califórnia e o México hoje já está levantado um muro de 50 quilómetros. Frequentemente surgem notícias de emigrantes clandestinos recebidos à bala depois da sua travessia. O desespero das populações dos países cuja economia é sangrada pelo vizinho rico leva-nas a criarem soluções de alto risco.

Foram construídos túneis que passam por baixo do muro por redes de traficantes de mão-de-obra clandestina. São conhecidos como *coiotes* estes trabalhadores indocumentados que vão aceitar salários de miséria para sobreviver em terras do Tio Sam.

Inevitavelmente os clandestinos acabam por serem envolvidos pelo outro lado da clandestinidade, controlados pelas *máfias* da prostituição, da droga e do crime. Então vem a repressão que atinge sempre os mais fracos, deixando livres os *“big boss”* na sua condição de cidadãos ricos.

Na Europa, os *muros* não são visíveis mas existem. A legislação vai sendo aperfeiçoada de modo a impedir que novos emigrantes, sobretudo vindos das regiões mais pobres, sobrecarreguem a sua economia. Já não sabem o que fazer com os familiares dos que para lá foram chamados anteriormente ou que pertenciam às suas antigas colónias. Qualquer deslize no comportamento social é motivo para incriminação, perda de autorização de residência e expulsão. Há métodos mais subtis: baixos salários, más condições de habitação, discriminação sociocultural e religiosa, actos de racismo. Tudo isto obriga as minorias nacionais a

se fecharem nos seus *guetos* e criarem os seus meios de defesa, o que os sujeita a serem tratados como *terroristas* e *criminosos potenciais*.

A história vai continuar a repetir-se de acordo com os interesses de desenvolvimento dos países ricos e o desespero das populações dos países pobres. Não há legislação, nem *muros* (visíveis ou invisíveis), que possam pôr fim a tanta injustiça. É que a causa não está na emigração, mas nas diferenças que separam o Norte do Sul, os ricos dos pobres.

Phillippe Bernard, em edição do *“Le Monde”* (2), refere o facto de que o imigrante é definido como *vindo do estrangeiro*, “uso corrente que dá a este termo um sentido ambíguo, misturando uma acepção jurídica - a nacionalidade - a elementos subjectivos inspirados na sensibilidade particular de certas pessoas. O termo imigrante faz, assim, referencia à aparência física, à cor da pele assim como ao *“status”* social, ao suposto modo de vida, e também ao receio que inspira. Um diplomata, um banqueiro estrangeiro não é considerado como um emigrante, enquanto que os filhos dos trabalhadores emigrantes, nascidos na França e de nacionalidade francesa, são frequentemente qualificados como imigrantes mesmo *sem ter vindo do estrangeiro*.”

O uso desses indicadores subjectivos para qualificar o *estrangeiro* constitui a base do *preconceito* que será uma arma de defesa da população *nativa* contra os imigrantes para mantê-los em situação de inferioridade. Quando não há pressão social derivada do mercado de trabalho ou da disponibilidade de habitação, ou ainda, como é o caso actual em todo o mundo, dos recursos destinados à Segurança Social, o *estrangeiro* é visto com benevolência e até um certo encanto *folclórico*. Quando passa a disputar



o espaço nacional reduzido pelas restrições financeiras, torna-se indesejável e as suas *diferenças culturais* são apontadas como causadoras de mal-estar social e de problemas. Emerge o racismo, geram-se os confrontos étnicos e religiosos.

Temos assistido frequentemente ao surgimento e desaparecimento de tais fenómenos, até mesmo em relação a sectores populacionais que mantêm a sua *identidade cultural* há séculos ou milénios junto a povos que desenvolveram a sua força aliados internacionalmente, aceitando passivamente as justificações de *conflitos sociais* gerados pelas *diferenças*. Por exemplo, nos nossos dias, a situação dos *curdos* ou dos vários povos da antiga Jugoslávia, ou mais perto de nós, os emigrantes das antigas colónias em Portugal. As *diferenças culturais* não passam de pretexto para *esvaziar a sociedade* expulsando sectores mais frágeis.

1. Bothwell, Reece B. - La ciudadanía en Puerto Rico, ed. Universitaria, Porto Rico/1967

2. Bernard, Philippe - L'Immigration - Le Monde Editions, Paris 1993

Cinco Notas sobre a Pré-Campanha

O Baile (co) Mandado!

Certamente inspirado pelos efeitos produzidos pela elevada temperatura do final do mês, o editorialista do Expresso de 29 de Julho resolveu finalmente uma equação que atormentava o seu cabotino pensamento - a quadratura do círculo!

Dedica o esforçado editorialista a sua quadrada prosa às semelhanças entre o PSD e o PS. Com esforço e num exemplar acto de contrição começa por considerar que se trata de um lugar comum que «à força de ser repetido... se transforma numa verdade geralmente aceite». Vindo de quem vem é obra! Mas não se excitam, porque não se trata de qualquer autocritica. Imediatamente a seguir o que antes o autor considerava não existir (as tais semelhanças) transformam-se nas mais edificantes virtudes. Como? «... porque os países progridem com base na estabilidade e durabilidade das suas políticas» e nesse sentido «a identidade de pontos de vista entre o PS e o PSD nas questões essenciais é, em si própria, um bem porque a ela permite a rotação governativa sem solavancos!». Nada mais simples, está resolvida a quadratura do círculo, para bem de Portugal e descanso dos portugueses. Salvo seja!

Mas, para que o quadrado fique bem centrado, e para evitar que algum mal intencionado, ou espírito malévolo, possa pensar que o partido único resolvia de uma penada toda esta complexidade resultante da necessidade de assegurar a estabilidade, a durabilidade das políticas e a continuidade dos objectivos, o editorialista sempre condescende, afirmando linhas adiante «que pode ser interessante e saudável», vejam bem, «algumas mudanças no pessoal político», periódicas e quanto bastem para acerto de pequenas coisas. Uma espécie de baile mandado. Ora agora viro eu, ora agora viras tu. Ora agora mando eu, ora agora ficas tu.

Tímido, todavia, o autor não tira as últimas consequências do seu quadrado pensamento. Porque, a ser assim, então para quê realizar eleições? Se o que se pretende é de facto que tudo fique na mesma e o Expresso bem se esforça para isso, seria mais fácil e mais barato organizar uma festa de amigos, convidar a Claudia Shiffer, a dos 80.69.80., com roupa e saco de renda, suficientemente translúcidos, para com a sua delicada, alva e bem paga mão, tirar a bolinha conveniente e estava, democraticamente feita, a escolha dos novos mandantes. E para que alguma língua de prata não dissesse que o acto não tinha sido substantivamente democrático, alargava-se o convite aos rapazes do CDS/PP para vigiarem o rigor e seriedade da operação. Impondo-lhes entretanto uma única condição: que uns viessem de plainitos reluzentes e outros de merino sedoso. Sim, porque tradições são tradições, e há valores que não podem ser abandalhados...

As (com)Paixões

As emoções são o prato forte da campanha do PS. Na ausência de diferenças de substância, as paixões! Primeiro foi a educação. Depois a floresta a propósito dos incêndios. Amanhã será o cherne, o tamboril, ou o peixe-espada preto se o acordo de Marrocos for à vida. Com tantos e tão graves problemas que o país tem para resolver, a este ritmo, o Secretário-Geral do PS e os seus adjuntos ainda acabam de gatas pelo dramatismo que impõem às consecutivas paixões. Não há coração que aguente.

Sempre apaixonados resolveram substituir a rosa desbotada em tudo quanto é cartazes e camisolas por corações de vermelho garrido. Com tanta e diversificada paixão, fica no ar uma sensação nauseante de infidelidade contínua. Antevê-se que aquele coração vermelhusco à primeira lavagem passe a amarelo arrocheado, incomodativa cor de traição. E não pode deixar de nos vir à memória, os diversos momentos em que o PS trocou as tintas nos contractos a prazo, no corte do subsídio de Natal aos trabalhadores da função pública, no quebrar da espinha ao movimento sindical unitário, na Lei Barreto, na ofensiva

contra o sector público nacionalizado, na regionalização abandonada, vendida ao PSD na última revisão constitucional, e outras paixões atraídoas que a memória não pode apagar.

As (dis)Funções

Há cerca de um ano, recordam-se, da grande campanha que em conjunto PS e PSD, com a companhia do CDS, promoveram anunciando aos quatro ventos uma sentida vontade de aproximar os eleitos aos eleitores. A realidade de hoje desmente o desvelo de então. Hipócrita campanha porque quanto à matéria de facto nada impedia, ontem como hoje, que os deputados eleitos por aqueles partidos fizessem o trabalho que deveriam e prometeram ao eleitorado acerca da resolução dos seus problemas. Para não ir mais longe as reiteradas promessas feitas no Algarve pelo PSD acerca da regionalização exemplificam bem o conteúdo dessas falsas promessas bem como o desinteresse, uma vez eleitos, que demonstram sobre os problemas locais e regionais.

O que a campanha visava não era a aproximação dos eleitos a quem os elege mas, como denunciámos na altura, visava, entre outros aspectos, construir a partir de uma engenharia eleitoral uma solução que permitisse ao PS e ao PSD com menos votos eleger mais deputados e sobretudo afastar, diminuir, a representatividade parlamentar do PCP, a força política que mais consequentemente se tem batido pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do país. Lençóis de prosa, fogosas intervenções, foram então produzidas em defesa desse nobre objectivo pelos escribas da corte e os tartufos de sempre. Os mesmos que querem «a rotação governativa sem solavancos».

Conhecidas as listas às próximas eleições de Outubro apresentadas pelo PSD, PS e CDS estas revelaram do Alto Minho ao Algarve uma série de pára-quedistas a encabeçá-las, sem nenhuma relação com a vida e os problemas das regiões pelas quais se candidatam. Alguns deles sem nenhuma intenção até, no caso de virem a ser eleitos, de exercerem o mandato para que pedem votos, porque outros mais chorudos interesses os esperam noutras instâncias.

Promovidos ao estrelato nacional por uma comunicação social cada vez mais ao serviço de soluções de bloco único, para que pequenas coisas mudem de forma a que tudo fique na mesma, vamos tê-los com lugar antecipadamente marcado em debates televisivos, em noticiários de jornais e rádio, prometendo o que nunca fizeram, peritos na branqueamento das responsabilidades de que não podem seriamente furtar-se face à situação em que o país e a população se encontra, principal causa do desprestígio que as instituições do regime democrático e a própria vida política têm face à generalidade da população.

As (com)Fusões

Da profusão de visitas do primeiro-ministro ao país para inaugurações calendarizadas ao ritmo do necessário pedido de votos, numa fusão completa entre partido e estado, já estamos habituados. Sempre assim foi esta a prática política de um partido que há longos anos no poder fez do tráfico de influências,

da corrupção, do negociismo, da protecção dos interesses de todos aqueles que viveram à sombra e sustentaram o antigo regime um objectivo nuclear da sua acção governativa.

Indigna, mas não surpreende que assim seja. Como não surpreende que Cavaco apele à estabilidade e à competência de quem tem governado. A intranquilidade e o nervosismo que semelhantes apelos contêm, não disfarçam a raiz do pensamento que o sustenta. Os pressupostos revelam uma concepção de poder perigosamente coincidente à dos dirigentes do antigo regime fascista quando a utilizaram para negar a liberdade ao povo português durante meio século.

Indigna, mas também não surpreende, que Nogueira venha prometer agora num blá, blá, blá desavergonhado (o progresso, a justiça social, a elevação do nível de vida à mistura com tardias preocupações sobre os reformados, a juventude) tudo o que não fez durante todo o longo consulado governativo do PSD durante os quais sempre foi a mão direita do chefe.

Indigna, mas sobretudo não pode surpreender que Manuel Monteiro, só agora, depois de enjoar na campanha do mar, se dê conta do atraso em que se encontra o interior do país e num

O que importa derrotar não é só o PSD mas com a sua derrota eleitoral o povo português tem de assegurar a derrota da política de direita

rasgo da mais pérfida hipocrisia descubra (vejam bem quanto distraído o rapaz tem andado) as razões que assistem a muitos abstencionistas.

Indigna, e torna mais transparente o papel e os propósitos que assistem à rentre política da histórica personalidade representada por Paulo Portas quando, passadas poucas horas da sua estridente apresentação como cabeça de lista de Aveiro pelo CDS num ensaio teatral desde há muito montado, tem o seu almoço de amigo com Ângelo Correia, tortuosa personagem

A Construção da Alternativa

celebrizada pela descoberta da revolução dos pregos, e associado a nada prosaicas actividades económicas neste distrito. Estamos conversados!

A situação em que se encontra o País, as incertezas que marcam o futuro, os problemas criados com o desemprego, com a fragilidade dos postos de trabalho, com a degradação das condições de vida, com os ataques movidos a direitos sociais e políticos dos trabalhadores, são marcas profundas de uma política voltada para a recuperação e protecção dos interesses do grande capital. Política hipotecada aos interesses das grandes potências que dominam as principais directivas da União Europeia. Tal situação só pode ser resolvida com a viragem política que o PCP e a CDU preconizam e defendem.

Em Outubro, reiteradamente o temos afirmado, o que importa derrotar não é só o PSD mas com a sua derrota eleitoral o povo português tem de assegurar a derrota da política de direita. Em Outubro não se trata de escolher o mal menor. Trata-se pelo contrário de dar a confiança a força institucional necessária àqueles que sempre se têm batido por uma política diferente. Trata-se de reforçar com o voto nas urnas a representação parlamentar do PCP para que finalmente seja possível operar a viragem de que o País necessita e o nosso povo espera.



CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro da Comissão Política

1. Há meses, o secretário-geral do PS, António Guterres, falando do actual Governo de direita do PPD/PSD, encarapuçava, optimistamente, as semelhanças da política daquele órgão de soberania com a presente linha do seu próprio partido: «Não somos diferentes, somos melhores!»

Nós, pela nossa parte, há decénios, praticamente desde que existimos, afirmamos, voltados para os partidos, autoridades e governos pró-imperialistas portugueses – sejam eles republicanos, corporativistas, sociais-democratas ou liberais; tenham eles mais ou menos molho de liberdade formal – a todos esses que ajudam a impor à comunidade portuguesa o domínio monopolista transnacional e estrangeiro, nós até gritamos: «Não somos diferentes! Somos opostos!»

Essa é a grandeza popular e patriótica da oposição que encarnamos e que nos envolve! Como é também ela que, em última análise, explica as múltiplas formas de silêncio, discriminação, censura e perseguições com que tradicionalmente, de uma forma ou de outra, os grupos sociais dominantes nos pretendem calar, segregar, punir...

Que o nosso sentido de vida e de futuro é o próprio movimento de opinião operário, trabalhador e popular contra a exploração, a opressão e o autoritarismo, públicos e privados. É com ele e por ele, que, como lutadores e como partido das grandes massas de trabalhadores, activos e reformados, nos opomos a qualquer via antidemocrática. E que nos damos ao caminho da liberdade e da iniciativa popular contra a desigualdade social!

A todos, proprietários e não proprietários, os que nada têm a perder com a democracia, a liberdade, a igualdade, a paz, com a legitimidade de conquista do poder pelo povo que trabalha e não quer ser explorado, nós dizemos: Estamos convosco! As vossas aspirações e interesses são os nossos!

Nesta luta, quaisquer que sejam os fluxos e refluxos de todos nós, tudo nos aproxima, como gotas de água do mesmo rio, como alavancas, motores e rodas do mesmo movimento! A nossa liberdade é a nossa própria convergência na grande corrente popular!

E a sociedade democrática que pretendemos conquistar e construir é em primeira mão o poder popular e livre do grande movimento de massas trabalhadoras:

Um movimento democrático, porque operário, trabalhador e popular; independente, porque patriota e internacionalista; vigilante, coerente e livre, porque de massas.

2. Aníbal Cavaco Silva (ACS) fez publicar em Junho deste ano a última, segundo creio, obra escrita que subscreveu: «As Reformas da Década». É o elogio – síntese – epitáfio da sua acção pró-imperialista e monopolista, e coveira da democracia, como primeiro-ministro do Governo PPD-PSD, em três legislaturas (uma, com maioria relativa, 1985/1987, e duas com poder governamental absoluto, 1987/1991, 1991/1995); e introdutório à sua ainda eventual candidatura à Presidência da República, destinada a consagrar e prolongar no tempo a sua chefia pessoal, o esvaziamento das liberdades e conquistas sociais da Revolução de Abril e a transformação antidemocrática e antipatriótica da República Portuguesa.

As treze «reformas da década» que ela compreende – englobando a liberalização (sic!) da comunicação social; as sucessivas reformas e contra-reformas do sistema educativo,

Não somos diferentes!



Somos opostos!

■ Pedro Ramos de Almeida

das Forças Armadas, da Segurança Social, do sistema salarial da Função Pública, do sistema financeiro, do mercado de habitação e a própria reforma fiscal; a flexibilização do mercado de trabalho; a estabilização da propriedade e do uso latifundiário da terra; a adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu; a abertura de sectores estratégicos à iniciativa privada e monopolista; a reprivatização das empresas públicas – são, de facto, as treze auto-estradas iniciais, diversificadas e complementares de um claro projecto de quebra da soberania nacional e de expropriação imperialista da terra, mas, ar e gente portugueses, em benefício do mercado estrangeiro e do grande capital monopolista e multinacional.

Logo no início do Prefácio, ACS rompe com um ataque ao 25 de Abril:

«As reformas estruturais constituem desde o início dos anos 80 um dos temas mais fortes e permanentes da política portuguesa.

Em grande parte porque os excessos e desvarios do período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, e a instabilidade política deixaram o país numa situação difícil (...)

E classificando as «reformas» necessárias: «São reformas que, em geral, vinham há anos a ser reclamadas pelos sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa (...). Entenda-se o grande capital financeiro ou, até muito mais simplesmente, bancário e especulativo...

E mais adiante: «São medidas indispensáveis (...) à racionalidade económica e à modernidade do país, no quadro da economia de mercado aberta e concorrencial que caracteriza a Europa comunitária. Com eles, o colectivismo e a estatização instalados em 1975 [...] começaram a ser destruídos (...). Apenas começaram!... Até onde irão eles!... Porque «foram abertas as portas de uma nova era de liberdade e iniciativa privada (...).»

E até mais claro: «(...) o combate político travado pelo X Governo permitiu afirmar os nossos objectivos reformadores e evidenciar a nossa capacidade e determinação para implantar no País um modelo de sociedade do tipo europeu e ocidental [Note bem!] o que foi decisivo para a vitória do PSD nas eleições antecipadas (...), em Abril de 1987.»

Assim se implantaram «modelos ocidentais»... O que até terá sido pagante em eleições! Santo e corruptor banho de imperialismo!

3. Por si só, o que foi, em termos gerais, o assalto às empresas nacionalizadas e o correlativo processo de concentração e centralização de riquezas, a partir da «abertura dos sectores à iniciativa privada», ajuda a caracterizar o sentido monopolista de toda a política financeira cavaquista. E nesta obra é o próprio ACS que os sintetiza com suficiente clareza:

«Em 1983 – escreve ACS, na página 127 – na sequência da revisão constitucional de 1982, tinham sido abertos à iniciativa privada [leia-se, quase sempre, monopolista em vez de privada...] os sectores bancário, segurador, adubeiro e cimenteiro (DL 406/83, de 19.XI).»

Em 1986, «continuava vedada a empresas privadas a produção, transporte

e distribuição de energia eléctrica e gás, a captação, tratamento e distribuição de água, o saneamento básico, as comunicações por via postal, telefónica e telegráfica, os transportes regulares aéreos e ferroviários, os transportes públicos colectivos urbanos de passageiros e a exploração de portos marítimos e aeroportos, assim como as indústrias de armamento, refinação de petróleos, petroquímica de base e siderurgia (Lei nº 46/77, de 8.VII, conhecida por Lei de Delimitação dos Sectores), para além da actividade televisiva cujo monopólio estatal estava fixado na Constituição.» (Pág. 127)

Mas hoje, na sequência da obra imperialista de ACS, «na actual estrutura legal dos sectores que em 1977 foram vedados à iniciativa privada, apenas as comunicações por via postal e a exploração dos portos marítimos permanecem nessa situação, estando a maioria dos outros sectores totalmente abertos.» (Pág. 30)

E não se pense que se trata de uma iniciativa privada largamente disseminada. Tal como ACS destaca nesta obra, a propósito do resultado global da Lei Quadro de Privatizações [Lei 11/90, de 5.IV], «o número total de accionistas nas operações de privatização era já superior a 400 000. Destes, cerca de 99% detêm menos de um por cento do capital das empresas repivatizadas.»!!! (Pág. 142). É o capitalismo popular...

A privatização em Portugal encobriu mal a entrega do país aos monopólios, designadamente da UE...

Privatizar entre nós tem significado sobretudo, na maioria dos casos, ajudar a privar o povo de alguma coisa, em benefício de uma minoria enriquecida, muitas vezes estrangeira. É uma expressão dominante da lei da expolição anti-popular!

Será popularmente conveniente apenas diferenciarmo-nos desta política, para a procurar realizar melhor?

Ou devemos antes, opor-nos por todos os meios de resistência democrática?

Nós por nós, já escolhemos: devemos lutar contra ela. Devemos votar contra a bipolarização e a maioria absoluta dos que a defendem.

Contra a maioria absoluta do PSD ou do PS.

Não somos diferentes! Somos opostos.

Votar contra a maioria absoluta é ajudar a transformar e desenvolver democraticamente Portugal.

PONTOS CARDEAIS

Títulos europeus

Já se sabe que grande parte da comunicação social está encostada ao poder e faz o frete, mais ou menos disfarçadamente, ao PSD. Embora, desde há algum tempo, tenham aparecido alguns sinais reveladores de que certos órgãos e certas chefias, se preparam para mudar de "maioria", continua a ser a direita, e a política de direita, quem mais ordena, seja no papel impresso, seja na imagem ou na onda de rádio. Há um jornal, porém, indefectível. Pelo menos na manchete, em que procura apresentar o país como uma terra de sonho

ou, mais cavaquistamente, como um oásis. É só olhar para a primeira do "Correio da Manhã". Um dia, "morre-se menos"; no outro, vê-se o "comércio confiante"; noutro ainda, o "escudo 'sobe'"; ou então é o melão, que é "pouco mas bom"; ou o "dinheiro mais barato"; ou o comércio que "melhorou resultados"; ou que as "obras públicas batem recordes"; até as "empresas combatem poluição". Tudo manchetes. Só no mês de Agosto. Os leitores, ao voltarem de férias, arriscam-se a não reconhecer o país. No sábado, por exemplo, se o leitor não sabia, tínhamos uma "inflação a nível europeu"...

O país de Aveiro

Enquanto o "CM" nos dá oásis, os outros dividem o país entre o Algarve dos políticos em férias e Aveiro, onde parece acontecer tudo em matéria de política. Desde as TV's, que promovem debates (ou combates?) entre Portas e Candal e perseguem um arisco Pacheco em deambulação pelo círculo, aos jornais que escrevem o que as TV's mostram, a direita conversa entre si, chamando-se nomes feios para disfarçar as concordâncias. Até "O Diabo" entra no que chamou "a guerra de Aveiro".

Este "país de Aveiro", nem Aveiro chega a ser, na realidade. O debate entre o PS e o PP, e a fuga de Pacheco, não falam dos problemas de Aveiro, nem do país. Falam do próprio discurso. Ou das transcendências que não estão aqui para dar solução aos problemas nacionais. É assim que, no "Diabo", Candal acusa Portas de ter "um discurso igual ao de Mussolini". Enquanto Portas afirma que o que quer é "chegar à alma das pessoas"...

Erros

O calor parece ter subido, senão às cabeças, pelo menos às declarações de

alguns notáveis do país. Já não falamos dos erros - neste caso abundantemente classificados de gaffes - vindos dos lados de Belém, com a recepção de Soares a Mobutu, tendo o Presidente afirmado desconhecer que no Zaire os direitos humanos andavam muito por baixo. Nem falamos também já do erro do Ministro da Defesa que, preto no branco, classificou os lutadores timorenses de "terroristas separatistas". Já agora falemos de outro erro, desta vez admitido pelo Chefe do Estado Maior do Exército. Não senhor, não houve venda de armas. O que houve foi um... erro: a inclusão de "algum armamento" em lotes de sucata...

PONTOS NATURAIS

Ver com olhos de ver

Por bem fazer...

REPÓRTER - Depois de conviver tantos anos com o Tejo, o senhor Manuel tem muitas histórias para contar. Só salvamentos são três.

SR. MANUEL - Um dos que eu salvei, depois de o meter dentro do barco, quando ele resistiu, ainda me quis bater, porque eu o tinha agarrado, o que ele queria era morrer... Olhem lá este trabalho, uma pessoa pensa que está a fazer bem e ainda por cima leva porrada.

(Forum, TVI)

Justiça à chuva

REPÓRTER - Isto é uma situação que se arrasta há cerca de seis anos. Adiantamentos sucessivos de julgamentos devido ao facto de chover dentro da sala de audiências. Só esta semana foram adiados três julgamentos, mas tempos houve, quando a chuva era pouca, em que testemunhas, arguidos e advogados se ajustavam à situação. JUIZ - Quando começava a chover, os advogados mudavam de bancada, o arguido chegava-se um pouquinho mais para a esquerda, o banco das testemunhas deslocava-se um pouco mais, e o julgamento continuava. REPÓRTER - Metade do orçamento para as obras ia ser disponibilizado para este ano, mas, alguns dias passados, o Ministério da Justiça dizia que afinal não havia dinheiro.

JUIZ - Os julgamentos terão de ser sazonais. Vamos ver se S. Pedro não manda muita chuva, não é?

(Jornal da Tarde, Canal 1)

Para...

REPÓRTER - Aqui, se quiserem casa, terão de casar, porque para o Padre José Maria, quem não casa, não tem casa.

PAROQUIANA - Tenho um pedido também ao senhor padre, mas o senhor padre faz muito empenho é que eu case, se a gente casasse que nos arranjava casa. Eu não estou interessada em casar e já agora, por causa de uma casa, não vale a pena uma pessoa casar, não estou cá para...

(Praça Pública, SIC)

A camisola

O meu filho, para comprar a droga, levou tudo de casa para vender. Chegou a vender uma camisola que eu tinha feito para ele.

(Telefonema de uma senhora, programa da manhã, Canal 1)

Formação

LOCUTOR - Parecia um filme sobre a guerra-fria. O chefe dos espíões americanos, que é como quem diz a CIA, veio a Lisboa e foi agradecer ao Ministério da Justiça a colaboração da Polícia no combate à droga e na luta contra o crime organizado.

Só que o director da CIA, nem vê-lo. Entrou no Ministério e saiu escapando-se às câmaras de televisão, tudo com a ajuda de muitos agentes secretos. Quem não passou despercebido foi o director da Polícia Judiciária.

DIRECTOR DA PJ - O que há é uma colaboração das autoridades americanas no aspecto da formação em relação às autoridades portuguesas e veio só agradecer em visita de cortesia.

LOCUTOR - Secreta, ficou a verdadeira razão da presença do director da CIA em Portugal. A não ser que tenha viajado de tão longe só para agradecer aos seus amigos portugueses.

(Informação Quatro, 9-12-93)



Mário Castrinho

FRASES da SEMANA

"Falar em autodeterminação ou em resistência é ver apenas o lado social da questão. Terrorismo é muito mais claro. Revela que a resistência tomou proporções ao último nível, o armado"

☛ (Mendes Moreira, director das relações públicas da Defesa Nacional, explicando a classificação de "terrorismo separatista" aplicado ao conflito de Timor-Leste no livro anual do Ministério da Defesa, "Independente", 11.8.95)

"Não estou aqui para promover o dr. Portas"

☛ (Pacheco Pereira justificando a recusa de um frente-a-frente com Portas na SIC, "Tal & Qual", 11.8.95)

"Promover-me? Essa é boa... Não é por medo que ele recusa discutir comigo? Tá bem, não se fala mais nisso"

☛ (Paulo Portas, "Tal & Qual", 11.8.95)

"Por mim, debato a dois, a três, a quatro, com os que for preciso. Estou sempre disponível para debater ideias"

☛ (Carlos Candal, "Tal & Qual", 11.8.95)

"O Portas não cava na minha vinha - ele come é na quinta do Pacheco"

☛ (idem)

"Procuraremos a estabilidade com o PS ou o PSD"

☛ (António Lobo Xavier (CDS/PP), em entrevista ao "Semanário", 12.8.95)

"Onde estavam os colonistas, os senadores, os outros fazedores de opinião que têm esconjurado o Ocidente por não fazer nada quando os muçulmanos bósnios são vítimas e ficam silenciosos quando as vítimas do dia são sérvios?"

☛ (Charles Krauthammer, editorialista do "Washington Post", em "Público", 14.8.95)

"Os croatas bombardearam localidades sérvias antes de avançarem com as suas tropas (...) os refugiados eram indiscriminadamente abatidos na fuga"

☛ (idem)

"Onde é que estão os protestos? Não só não há protestos, como o Governo dos Estados Unidos (e da Alemanha, o patrono do Governo croata) aplaudiu placidamente o "Blitzkrieg" de Zagreb"

☛ (idem)

"Parece que temos um novo juízo moral para a antiga Jugoslávia: a limpeza étnica será tolerada se ajudar a acabar com a guerra"

☛ (idem)

CDU*A Esquerda necessária
para uma nova política*

Campanha CDU na CIDADE DE LISBOA

Nos próximos dias prosseguem em locais públicos de vários bairros da cidade acções de propaganda da CDU, com a participação de candidatos e outros activistas.

Destacamos:

Hoje, QUINTA-FEIRA

9h30 – Mercado da Ajuda
16h – Jardins de Belém
18h30 – Bairro Padre Cruz

SEGUNDA, dia 21

9h30 – Mercado de Alvalade
16h – Jardim Constantino
e Pç. Paiva Couceiro
18h – Alto da Eira

SEXTA, dia 18

9h30 – Mercado de Sapadores
e R. da Graça
16h – Chiado e Baixa

TERÇA, dia 22

9h30 – Mercado dos Olivais
16h30 – Xabregas, Poço do Bispo e Chelas

SÁBADO, dia 19

21h30 – Musgueira Sul - Lumiar
22h – Musgueira Norte, com o grupo
“3 de Abril”

QUARTA, dia 23

9h30 – Mercado de Campo de Ourique,
Jardim da Parada,
R. Ferreira Borges
16h – Jardim do Campo Grande

Campanha CDU na DISTRITO DE LEIRIA

Dia 23 – Visita à Feira do Bombarral (15h30)

Dia 27 – Arruada com gaitero no Mercado de Pataias
e no Mercado de Santana (Benedita/Alvorninha)

Dia 29 – Visita à Feira de Monte Redondo

Hoje em BARCELINHOS

Festa popular CDU

Hoje, dia 17, com início às 22h, realiza-se no Largo dos Bombeiros em Barcelinhos uma Festa Popular promovida pela CDU na qual participarão os candidatos António Lopes (cabeça de lista) e Jorge Torres.

Na animação musical intervirá o cantor Jorge Lomba.

Plenários da Organização do PCP

• Em PENAFIEL

Promovida pela Comissão Concelhia do PCP realiza-se no próximo sábado, a partir das 21h30, na sede da JF de Rio Mau, uma reunião-plenário de militantes e simpatizantes da freguesia de Rio Mau para discussão da situação política e tarefas do Partido e ainda para eleição da Comissão de Freguesia.

• Em LISBOA

O sector da Saúde da ORL promove na quinta-feira, 24 (das 17 às 21h), o desdobramento do plenário que teve início no dia 10, para discussão nomeadamente da intervenção da organização no trabalho eleitoral da CDU e também do apoio dos comunistas profissionais da Saúde ao trabalho no Posto de Saúde da Festa do “Avante!”.

Excursão a Mora

A excursão a Mora, promovida pela Organização da Freguesia da Ameixoeira e integrada na campanha dos 150 Mil Contos, realiza-se no dia 16 de Setembro e não a 19 de Agosto, como se anunciava na última edição do “Avante!”. Mas mantém-se o preço (1750 esc. por pessoa) e o contacto para informações e inscrições: o cam. Vítor Mendes, no CT do Lumiar ou no CT Vitória.

Costa da Caparica

COMÍCIO-FESTA

com

CARLOS CARVALHAS

Espectáculo com
Irmãos de Sangue
Bandamecos

Sábado, 19 de Agosto,
a partir das 21h,
Largo do Mercado

Peniche, terça-feira, dia 22

Com

CARLOS CARVALHAS

e candidatos CDU
pelo Distrito de LEIRIA

Almoço-convívio
com pescadores de Peniche

a bordo da traineira “Portugal Livre”
no Porto de Pesca de Peniche. Às 12h30.

Volta de mar

com a companha da traineira. Às 14h30.

NAZARÉ

Sexta, 18, às 21h30

Espectáculo-Comício

na Pç. Dr. Manuel de Arriaga
com actuação do conjunto musical
“Dois Rios”, de Alcobaça,
e a presença de Henrique de Sousa
e dos candidatos
José Augusto Esteves
e Frederico Caneco

FESTA CDU

EM MONTE DE SANTO OVÍDIO

Castêlo da Maia

Sábado, 19 de Agosto, às 21h30

Jogos populares - Petiscos - Música ao vivo

Baile com o duo

Paulo Ferreira e Dino Balula

Intervenção de Emídio Ribeiro,
candidato da CDU pelo distrito do Porto

Por isto e por aquilo...

O Último dos Duros (Sábado, 00.10, TV2)

No próximo Sábado é indispensável chegar a casa antes da meia-noite. Isto é, se a RTP, uma vez sem exemplo, conseguir cumprir horários...

Depois, sintonizar a TV 2 e assistir a um filme que tem imenso que contar, embora dê por um daqueles títulos patetas que os insondáveis desígnios da lusa distribuição se entretêm a atribuir.

«O Último dos Duros» (até custa a escrever...) é a terceira tentativa para levar à cena a novela policial de Raymond Chandler «Farewell, My Lovely», publicada em Portugal pela Coleção Vampiro sob o título «Perdeu-se uma Mulher» e reeditado na Vampiro Gigante, volume nº 4.

Para os que o ignorem, Raymond Chandler é uma das pedras angulares do romance policial negro norte-americano - sendo a outra Dashiell Hammett. Dever-se-ia talvez acrescentar um terceiro vértice que seria Ross MacDonald, mas a crítica literária erigiu globalmente Chandler como o mais conceituado autor do género.

Com Hammett e Chandler tudo mudou no romance policial, que abandonou os salões aristocráticos e os crimes com estiletos disfarçados em periquitos da Malásia embalsamados para se tomar numa crónica do quotidiano americano que, décadas passadas, continua a manter uma estereotipada actualidade.

Hammett foi militante do Partido Comunista dos EUA, perseguido pelo FBI e pelo mcarthysmo até à morte, companheiro da dramaturga e militante antifascista Lillian Hellman. Chandler teve pessoalmente uma trajectória mais hesitante face à «caça às bruxas» do post-guerra, mas os seus livros e os seus personagens revelam a atenção social e a perspectiva ideológica de um homem de esquerda. Numa carta de 1951 em resposta a um Sr. Inglis que acusava a figura do seu detective Philip Marlowe de ser «imatura», escrevia Chandler que «... penso que o meu amigo Philip Marlowe está completamente nas tintas para saber se é adulto ou não. Diga-se de passagem que o mesmo sucede comigo. Se o facto de se revoltar contra uma sociedade corrompida é sinal de falta de maturidade, então Philip Marlowe é completamente infantil».

Chandler escreveu em 1935 um interessantíssimo texto, «The Simple Art of Murder», espécie de manifesto do romance policial negro norte-americano que claramente se opunha às regras que o clássico S.S. van Dine estabelecera para o policial tradicional. Do que Chandler pensava dos seus livros, dos seus heróis e das suas narrativas diz muito o excerto que publicamos.

Nascido em 1888 em Chicago, Chandler estreou-se tardiamente como escritor policial, em 1933, mais tarde do que Hammett que, embora mais jovem (nascera em 1894), começara mais cedo, até por ter profissionalmente trabalhado exactamente como detective privado.

Em 1931, Hammett fora já convidado para escrever um argumento na linha das suas histórias policiais, de que resultaria «City Streets», de Rouben Mamoulian. Nesse mesmo ano o seu livro «The Maltese Falcon» («O Falcão de Malta»-Vampiro) teria igualmente a sua primeira adaptação cinematográfica; com o título «Satan Met a Lady» seria novamente filmado em 36 e teria a sua versão «definitiva» na clássica película de John Huston com Humphrey Bogart desempenhando o protagonista Sam Spade.

Entretanto, em 1935, outro romance de Hammett, «The Glass Key» («A Chave de Vidro»-Vampiro), seria com o mesmo título levado ao cinema, mas seria a série «The Thin Man», inicialmente realizado por W.S. Van Dyke em 1934 que viria a desempenhar um papel determinante na fixação do género fílmico do policial negro norte-americano.

Desempenhado por William Powell e Mirna Loy (esta numa figura baseada na companheira de Hammett, Lillian Hellman), «The Thin Man» prolongar-se-ia até 1947 numa série cinematográfica a que se sucederiam várias séries televisivas.

Chandler viria a beneficiar largamente do caminho aberto pelas adaptações cinematográficas dos livros de Hammett, vendo em 1942 o seu livro «Farewell, My Lovely» («Perdeu-se uma Mulher»-Vampiro) ser pela primeira vez passado a celulóide por Irving Reis sob o título «The



Fotograma de «O Último dos Duros»

Falcon Takes Over». O filme não conheceu grande sucesso, mas, dois anos depois, o sólido Edward Dmytryk pegava de novo no argumento e realizava «Murder, My Sweet» com Dick Powell no papel de Marlowe e que Chandler consideraria a melhor adaptação cinematográfica das suas figuras.

O ano de 1946 foi brilhante para Chandler: Robert Montgomery (um realizador que viria a portar-se bastante mal face à comissão de McCarthy) filmaria «Lady in the Lake» («A Dama do Lago»-Vampiro), experiência falhada, mas que marcaria profundamente algumas técnicas narrativas do cinema; George Marshall daria forma a «The Blue Dahlia» («A Dália Azul»-Vampiro Gigante), um argumento escrito expressamente para cinema; e, finalmente, Howard Hawks faria com Humphrey Bogart e Laureen Bacall «The Big Sleep» («À Beira do Abismo»-Vampiro), uma incontornável referência da produção de Hollywood.

Em 1973, Robert Altman cometeria um delito particularmente sentido pelos incondicionais de Chandler: uma inconsequente adaptação do que muitos consideram a melhor obra do escritor, «The Long Goodbye» («O Imenso Adeus»-Vampiro), com Elliot Gould no protagonista e que, definitivamente, não passou à história.

Seria necessário esperar por 1975, dezesseis anos após a morte de

isso são pormenores a que a RTP, fiel a si própria, não costuma dedicar particular atenção...

O êxito estrondoso de «Farewell, My Lovely» (isto é, «O Último dos Duros») levou a que três anos depois Michael Winner tentasse explorar o Marlowe de Mitchum em nova versão de «The Big Sleep» - mas a criação de Hawks, Bogart e Bacall manteve-se inatingível.

Resumindo - sábado, 00.10. Hora e meia de Chandler!

Passagem para Marselha (Sexta, 00.05, TV2)

Michael Curtiz foi, para além de um dos mais prolíficos realizadores de cinema (60 na sua Europa natal e mais de 100 depois de se fixar nos Estados Unidos) um autor que ficou indissociavelmente ligado à cinematografia americana do tempo da II Guerra e da luta contra o nazismo. Bastaria o seu lendário «Casablanca» para lhe conceder esse estatuto, mas «Passagem para Marselha» (tal como «Casablanca», com Humphrey Bogart) faz parte do mesmo ciclo.

O Baile dos Malditos (Domingo, 00.15, TVI)

Edward Dmytryk é sempre um realizador a ver. Este seu filme, adaptado de um novela de Irwin Shaw e decorrendo no final da II Guerra já com os americanos na Europa após o Dia D, marcou contudo uma época pelo cast de luxo que dele fizeram um marco. Nomeadamente a dupla de Marlon Brando (um oficial nazi) com Montgomery Clift, aqui num dos primeiros papéis após o desastre sofrido no ano anterior e que condenaria a sua carreira.

O Compromisso

(Sábado, 00.35, TVI)

Um cruel crítico americano disse acerca do filme que tudo era bom, do realizador aos actores: o filme é que não prestava... É, na verdade, um pouco a situação. A experiência do realizador, a segurança do excelente leque de actores, nada consegue dar consistência a um argumento do próprio Kazan. Só para desenfatiado entretenimento.

Os Fugitivos de Alcatraz

(Segunda, 23.00, SIC)

A colaboração de Don Siegel com Clint Eastwood deu origem a um hoje clássico do cinema, a série do detective Dirty Harry, que veio somar-se à aura que Siegel já granjeara junto muito especialmente da crítica europeia como um clássico do mais puro e escorreito cinema de acção norte-americano.

Baseado num episódio verídico sobre uma fuga da famosa prisão hoje desactivada e considerada como rigorosamente à prova de evasão.

“O escritor policial realista escreve sobre um mundo em que gangsters podem dirigir nações e quase governam cidades, em que hotéis, prédios de apartamentos e restaurantes famosos pertencem a homens que fizeram dinheiro com bordéis, em que uma estrela de cinema pode denunciar os seus pares e o homem de aspecto decente do fundo do corredor é o patrão do jogo clandestino; um mundo onde um juiz com a cave cheia de bebidas alcoólicas de contrabando pode mandar um homem para a cadeia por ter uns decilitros no bolso; onde o presidente da Câmara de uma pequena cidade pode, por dinheiro, ser cúmplice de um assassinio; onde ninguém pode passar em segurança numa rua escura porque a lei e a ordem são coisas de que falamos, mas evitamos praticar; um mundo onde é possível assistir a um assalto à luz do dia e ver quem foi, mas desaparecer rapidamente no meio da multidão sem contar a ninguém, pois os assaltantes podem ter amigos com armas de cano comprido ou a polícia não gostar do testemunho e, em qualquer dos casos, o advogado venal da defesa pode sentir-se autorizado a abusar e enxovalhar uma pessoa em pleno tribunal, perante um júri de mentecaptos seleccionados, sem outra oposição da parte do juiz que não seja uma admoestação de circunstância, porque o cargo de juiz é um cargo político.

Não é um mundo muito fragrante este, mas é o mundo onde vivemos, e certos escritores de mente mais forte e espírito mais frio e desprendido podem fazer com ele modelos muito interessantes e mesmo divertidos. Não tem graça um homem poder ser morto, mas às vezes tem piada que o seja por tão pouco e que a sua morte seja o preço do que chamamos civilização. E isto ainda não é tudo.

Em tudo quanto se pode chamar arte há uma capacidade de redenção. Pode ser pura tragédia, se for alta tragédia, pode ser piedade e ironia, pode ser o riso rouco do homem forte. Mas tem de haver um homem que vá por essas ruas do crime que não seja criminoso, um homem sem medo e ainda com aura. O detective tem de ser esse

homem. Ele é o herói, ele é tudo. Tem de ser um homem inteiro e um homem vulgar e contudo um homem fora do vulgar. Tem de ser, para utilizar uma frase bastante gasta, um homem de honra, por instinto, por inevitabilidade e não por cálculo e, certamente, sem alarde. Tem de ser o melhor homem no seu mundo e um homem suficientemente bom para qualquer mundo. Não me interessa muito a sua vida privada; ele não é nem um eunuco nem um sábio; penso que poderia seduzir uma duquesa e tenho a certeza de que não corromperia uma virgem; se é um homem de honra numa situação, é-o em todas.

É um homem relativamente pobre, ou não seria detective. É um homem vulgar, ou não poderia andar entre gente vulgar. Tem um sentido do carácter, ou não saberia da sua profissão. Não aceitará desonestamente o dinheiro de ninguém, nem a insolência de nenhum outro homem sem a devida e desapaixionada resposta. É um homem solitário e o seu orgulho é que o tratem como um homem orgulhoso; quem fizer o contrário, lamentará tê-lo conhecido. Fala como homem do seu tempo, isto é, com humor rude, com um experiente sentido do grotesco, com nojo por tudo o que é falso e com desprezo por tudo quanto é mesquinho.

A história é a aventura deste homem em busca de uma verdade oculta e não seria uma aventura se não acontecesse a um homem pronto para a aventura. Este homem tem uma vasta capacidade de atenção ao real que nos espanta, mas pertence-lhe por direito, pois pertence ao mundo onde vive. Se houvesse bastantes como ele, penso que o mundo seria um lugar mais seguro para se viver, sem todavia ser cinzento de mais para não valer a pena nele viver.”



CHANDLER, Raymond. **The Simple Art of Murder**. Pocket Books Inc. New York, 1935.

Publicado em Portugal sob o título **O Assassínio É uma Arte Simples** in

CHANDLER, Raymond. **Contos Policiais nº 4. As Pérolas São um Estorvo e Outras Histórias**. Afrontamento. Lisboa, 1987

Acima da chinela

■ Correia da Fonseca

Vivem, isoladas, na freguesia de Castelões, concelho de Penafiel. Não são velhas mas, segundo contou a Televisão, são loucas. Vivem sozinhas desde que, há uns tempos, a mãe lhes morreu. Foi sobretudo de uma delas, porventura a mais velha, que a TV nos falou. É mulher de quarenta anos embora, ao que nos disseram, diga que apenas tem trinta. É claro que não é por isso que a dizem louca (bem se sabe que, se a loucura se medisse assim, os índices de loucura feminina atingiriam números aterradores), mas há outros sinais, infelizmente. É ainda a RTP que nos conta que a loucura de ambas as irmãs tem sido agravada por bruxas e bruxarias em que andam enredadas. Não que a doença não existisse já: os médicos falam de esquizofrenia, talvez hereditária. Mas os bruxedos não ajudam, muito antes pelo contrário.

Retenho a informação com particular interesse por ser meu convencimento de que a Televisão em geral e a RTP em particular têm dado uma boa ajuda à promoção de credices e irracionalidades várias, todas elas afinal aparentadas, de mais perto ou de mais longe, com a prática de bruxaria. Durante algum tempo teve mesmo, integrada no programa da manhã, uma astróloga encartada que nos convidava agora, terminada a rubrica, a que a consultemos mediante a utilização de telefonemas de valor acrescentado. Dir-se-á que a Astrologia não é coisa de bruxas, é uma ciência. Pois. Mas acontece que não são poucos os bruxos e bruxas que reivindicam a mesma matriz para as suas actividades.

O racionalismo «out»

Tenho para mim como certo que a RTP, só por não ter mais nada para nos contar, só por se tratar do noticiário da tarde de um sábado de Agosto, é que nos falou do caso da Rita e da Emília, da loucura e da solidão em que ambas estão mergulhadas, da alegada intervenção de uma bruxa em toda aquela tragédia. De resto, a julgar ainda pelo que nos foi contado, a bruxa ainda faz alguma coisa pelas irmãs, isso é verdade, embora contra remuneração porventura substancial, ao passo que a Segurança Social, chamada a proteger as duas mulheres na doença que as domina, é que não faz absolutamente nada. Mas essa é outra questão (ou talvez não, talvez o problema da Segurança Social seja, também ele, um caso de macrobruxaria, de feitiçaria negra que em muitos casos fez desaparecer, num passe de mágica, as reservas matemáticas geradas por anos e anos de contribuições que parece não terem servido para nada, pois muito nos repetem que as reformas pagas a quem tanto contribuiu estão a ser financiadas pelas contribuições dos seus filhos, isto é, dos actuais trabalhadores activos). De facto, aquilo teve todo o ar de uma notícia que só passou filtros em época, dia e horas de crise noticiosa. Porque a RTP não é contra as bruxas e os bruxedos, como bem o demonstra ao longo da sua prática. A RTP

é contra, isso sim, os que são contra as bruxas, quer dizer, é contra o racionalismo. E quem o diz da RTP di-lo da Televisão em geral.

Não acontece por acaso: o ódio ao racionalismo, isto é, à razão como factor prioritário, é um empenhamento antigo que atingiu em tempos recentes aspectos múltiplos, generalizados, e se converteu em moda longe de ser inocente. Entende-se: a opção pelo racionalismo precedeu todos os movimentos libertadores dos homens ao longo do tempo, e as transitórias derrotas dos surtos emancipadores sempre foram complementadas por vagas de irracionalismo tendentes a desacreditarem preventivamente novos focos de lúcida reivindicação de um mundo mais justo. Agora, o irracionalismo de várias cores e feitios está em voga, completamente «in», ao passo que a razão está o mais «out» possível. Com mais um pouquinho de atrevimento, eu acrescentaria que «O Erro de Descartes», do excelente António Damásio, cientista que de súbito acedeu a uma popularidade quase tão grande quanto a de Manuel Damásio, presidente do Benfica, o que é pelo menos desconcertante, se

almente impostas por drásticas forças repressivas. De facto, parece inaceitável supor que o «cogito» cartesiano apontava dogmaticamente para a exclusão de algumas das múltiplas componentes da mente, do acto de pensar, da «alma». E menos ainda sugerir que o essencial da herança de Descartes podia ter sido essa exclusão.

Entre os signos e os milagres

Regressado, porém como aliás me cumpre, à modéstia da minha chinela, isto é, à Televisão que me esforço por comentar criticamente, direi que o irracionalismo está na moda, o ódio à razão também, e que a TV, que é doidinha por modas, adere gostosamente a essa linha. Contrata astrólogos, entrevista videntes e adivinhos, transmite estórias de feitiçarias e mistérios afins, refere cartomantes e especialistas de tarot com o respeito e a vénia que são devidos a tão distinta classe.

Alguns dos seus colaboradores mais populares e brilhantes, ou porque têm brilho próprio ou porque lhes seja dado muito lustro, invocam em conversa perante as câmaras, como factor incontestável e determinante dos seus destinos e até dos seus supostos méritos, a circunstância de «serem» Capricórnios ou Peixes. E é claro que não incorrem no ridículo, e menos ainda no descrédito público, que decerto os envolveria se se confessassem marxistas-leninistas. Porque, hoje, embora toda a gente esteja inevitavelmente tocada pelo pensamento marxista, mesmo não o sabendo (pois a ignorância tem vantagens que a razão desconhece), poucos são os que têm a coragem de o deixar transparecer em público, temerosos da excomunhão social que os poderá atingir. Mas ninguém teme assumir-se como seguidor de credices dos mais extravagantes géneros, com relevo e prioridade para os que situam no zodíaco o que não sabem entender quando olham a Terra.

Viria aqui a propósito, talvez, que se falasse do caso da Igreja Universal do Reino de Deus e da prometida venda do Coliseu do Porto, diferendo de que a Televisão se ocupou largamente e em que a TVI alinhou visivelmente contra a igreja do «bispo João Luís». Referir-se-ia, então, que a Igreja Católica perdeu, nos últimos decénios, muito do seu

mistério e da tradicional aposta na irracionalidade (optando pelo terreno concreto da política e das cruzadas sob liderança papal), enquanto movimentos como o da IURD apostam na multiplicação de ritos/espectáculos em que a magia se entrelaça com o quotidiano e com a venda do milagre personalizado, talhado à medida dos problemas individuais. Mas seria ceder de novo à tentação de subir acima de chinela. Mais vale ficar por aqui.



situa na mesma linha. E tentaria até, perdendo inteiramente a vergonha e subindo, como diria Apeles, muito acima da minha chinela, que o alegado «erro de Descartes», denunciado por Damásio a págs. 253 da 4ª edição do seu livro e, obviamente, glosado em todo ele, decorre de uma leitura redutora de Descartes e de uma inaceitável alheamento das circunstâncias concretas do trabalho filosófico na primeira metade do século XVII, com a dominante dicotomia corpo/alma ainda a ser soci-

de FOICE

Os pobres

Um amigo é quem nos oferece um copo de água quando temos sede, ou nos dá um chapéu de palha num dia de verão, ou nos abre a porta durante uma intempérie, ou nos pega na mão quando estamos doentes, ou nos brinda com um sorriso em tempo de amargura, ou...

Passamos tantos anos a dizer baboseiras destas às crianças que acabamos por acreditar que elas não só acreditam, como acreditam que nós acreditamos que elas acreditam. E que crescem cheias de bons sentimentos, chegando à idade adulta cheias de amor ao próximo, a menos que incidentes de percurso as desviem do recto caminho da solidariedade humana. Para isso temos a explicação das más companhias, dos traumas de infância, da separação dos pais, da falta de perspectiva de futuro, o que, se não resolve nada, fornece pelo menos o bode expiatório que permite salvar a crença na humanidade.

Tretas, diz a prima Alzira, que criou em casa rebentos que chegam para uma equipa de futebol, e possui da infância uma visão pós-realista em que não há lugar para qualquer tipo de ilusões. Ensinou-lhe a sua longa experiência, não se cansa ela de afirmar, que as crianças em geral (e as dela em particular) são umas pestes, dissimuladas e hipócritas, que se aproveitam do ar angelical com que vêm ao mundo para nos levarem à certa com as bochechinhas rosadas e olhinhos pestanudos, enquanto nas suas cabecinhas congeminam tenebrosos planos para transformar a vida de toda a gente num inferno, e que usam os tempos livres para mercar afectos por barbies, headphones, video-games, pranchas de surf, bicicletas, descapotáveis, ao mesmo tempo que se afirmam nos grupos da sua faixa etária pela capacidade de manobrar intrigas e chantagear parceiros. Como naquele anúncio, sabem, da menina que faz a prova de força com o rapaz a quem amigavelmente avisa que se ela não ganhar todos vão saber que...

Quando crescem tornam-se piores, garante a prima Alzira, porque refinam ao longo dos anos a arte da dissimulação, oferecendo com uma mão o que tiram com as duas, carpindo mágoas no caixão das vítimas, cantando públicas hossanas em honra dos deuses e privadamente servindo demónios. Ouvir a prima Alzira dissertar sobre a espécie humana é tão angustiante que pelos anos a família resolveu oferecer-lhe a versão compactada de "Amigos para Sempre", que ela recebeu com uma gargalhada de escárnio, após o que se retirou por largos meses das nossas vidas. Quando apareceu outro dia, a família tremeu, na antecipação de mais uma sessão de descrédito no género humano, mas para sorte de todos a televisão estava ligada e, hélas, testemunhava o reencontro de dois velhos amigos, Mário e Mobutu, que nem a banhos deixam de se preocupar com a paz em Angola, apesar de não faltar quem diga não sei quê de torturados, mortos e desaparecidos, diamantes e especulação imobiliária, contas na Suíça, palácios em França, fortuna pessoal duas vezes superior à dívida pública num país rico com uma população paupérrima, etc., etc., etc. A prima Alzira, justiça lhe seja feita, ouviu tudo sem um comentário. A seguir despediu-se. Ainda hoje ninguém percebeu o que quis dizer quando, já da porta, olhou a família com ar de comisseração e afirmou: "abençoados os pobres de espírito..." Uma das crianças ainda perguntou o que era um pobre de espírito, mas ninguém soube responder. Às tantas, ainda fica traumatizada, coitadinha.

■ AF

Álvaro Cunhal em Setúbal

Mudar de política

Álvaro Cunhal voltou ontem ao distrito de Setúbal, após a visita que fizera no sábado ao concelho de Alcácer (ver reportagem na pág. 4), desta vez numa jornada que começou no almoço-convívio que teve lugar no Parque Municipal do Montijo, continuou em Palmela, seguiu para a Baixa da Banheira, concelho da Moita, onde se realizou um comício, com a sala cheia no Ginásio Atlético Clube, e terminou num grande jantar de confraternização em Setúbal.

Nas primeiras etapas, em concelhos de maioria autárquica CDU, o Presidente do Conselho Nacional do PCP, sempre acompanhado de candidatos CDU pelo círculo de Setúbal, não deixou de se referir ao importante trabalho realizado pelos comunistas e seus aliados nas câmaras municipais, e de chamar a atenção, no Montijo, para a atitude do PS que se une ao PSD para sabotar o trabalho na autarquia. A comparação entre o trabalho autárquico e a governação seria entretanto retomada pela Presidente da Câmara, Jacinta Ricardo, afirmando que quem governa contra as populações

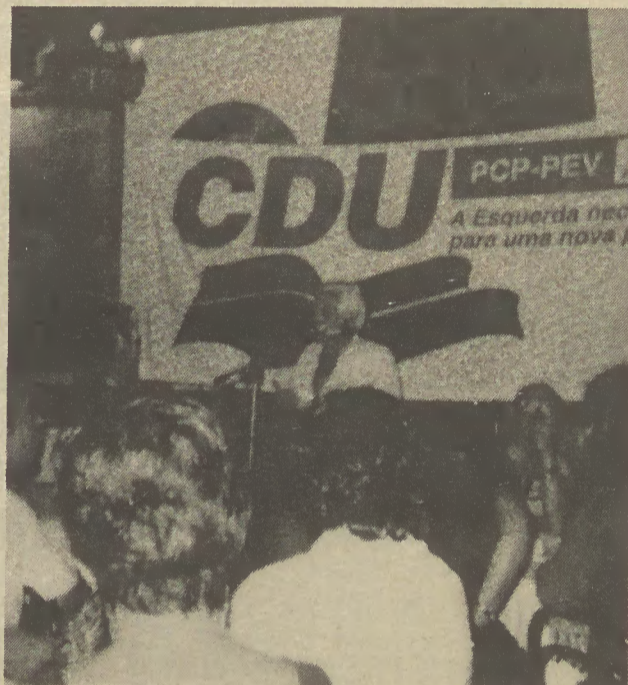
nas autarquias não pode governar bem a nível nacional.

Ao começo da noite, em Setúbal, cerca de duzentas pessoas juntaram-se num restaurante da cidade num jantar promovido pela CDU. No final, a médica Julieta Sousa deu a palavra, para breves intervenções, aos candidatos Manuel Véstias, membro da CT da Renault, Jorge Gordo Martins, da JCP, Ruben de Carvalho, chefe de redacção do "Avante!", e a Álvaro Cunhal.

Manuel Véstias lembrou a luta dos trabalhadores da Renault, que continua, e o apoio sempre prestado pelos comunistas e pelos seus aliados, apelando ao reforço da CDU nas próximas eleições.

Jorge Martins referiu-se em particular à luta dos jovens - eram muitos a participar no jantar - e às suas aspirações de uma nova política, e ao esforço para ganhar mais jovens para a mudança necessária.

Ruben de Carvalho, que



Álvaro Cunhal em Setúbal

caracterizou o distrito como uma região criada pelo trabalho, acentuou que, sempre que a política respeitou o trabalho e os trabalhadores, Setúbal desenvolveu-se, ao contrário de quando, como desde há mais de dez anos, o poder - com o PSD ou com o PS a governar - dá prioridade ao lucro e aos interesses capitalistas.

Álvaro Cunhal, a encerrar o convívio, lembrou todas as camadas atingidas pela política de direita, e as suas lutas - os trabalhadores, os agricultores, os quadros técnicos e intelectuais, e o consequente restringir da base social de apoio da direita e do PSD. E sublinhou que não se trata apenas, em Outubro, de mudar os homens, os ministros e o primeiro-ministro. Trata-se de mudar de política. Quanto mais forte for a representação parlamentar do PCP e da CDU, maior será a possibilidade de uma solução à esquerda.

PDM de Oeiras alterado à pressa

Aprovado por unanimidade por todas as forças políticas na Câmara e Assembleia Municipal de Oeiras, o PDM foi agora «alterado à pressa com os votos do PSD e do PS a reboque de interesses privados da firma Ferreira e Magalhães», denuncia um comunicado da Comissão Concelhia do PCP.

«A alteração transforma uma zona de expansão industrial prevista para Outurela/Barronhos em zona de forte componente de construção habitacional», afirma o texto acrescentando:

«A pressa foi tanta que o plano, que esteve meses em discussão pública, foi agora alterado em três dias. Isaltino Morais levou a proposta à discussão na sessão de dia 26, pedindo a convocação da Assembleia Municipal extraordinária para o dia 27. Assim em 3 dias consumou-se a primeira machadada no PDM do concelho com os votos favoráveis do PSD, a abstenção do PS na câmara e o voto favorável do PS e do PSD na Assembleia e os votos contra da CDU nos dois órgãos».

Os comunistas explicam que «Isaltino Morais assumiu compromissos em relação ao Alto de Santa Catarina que não cumpriu, estando por isso a ser

responsabilizado pela Ferreira e Magalhães.

«As metas do Plano Especial de Realojamento não estão a ser cumpridas por dificuldades financeiras da Câmara e porque esta não tem terrenos disponíveis para a construção de fogos necessários. Isaltino avançou assim para uma proposta que altera o PDM, com o acordo da Ferreira e Magalhães, que acaba por ser a principal beneficiária.

A empresa desta forma «resolve o problema do realo-

jamento do Alto de Santa Catarina podendo assim acabar a grande urbanização que aí tem em construção.

Por outro lado, «como é proprietária dos terrenos da zona industrial Outurela/Barronhos rentabiliza-os com a alteração aprovada», podendo «com certeza construir por ajuste directo os milhares de fogos no Alto Barronhos».

A CDU considera que esta alteração «não defende o interesse do concelho, sacrificando a criação de postos de tra-

balho com a eliminação de uma zona de expansão industrial vital para o concelho». Por fim, a decisão vem permitir «a construção de dois mil fogos numa zona onde o PDM previa apenas 660, criando problemas sérios de concentração urbanística com os riscos inerentes de qualidade de vida e explosão social». Refira-se ainda que não foi realizado qualquer estudo de impacto ambiental nomeadamente no leito de cheia da Ribeira de Algés.

Descida do Tejo

A partida é hoje

Numa iniciativa conjunta da Juventude CDU e da União das Juventudes Comunistas de Espanha, inicia-se hoje uma descida conjunta do Tejo que deverá prolongar-se até à próxima quinta-feira, dia 24.

Destinada a chamar a atenção para os profundos problemas que afectam este rio que os dois povos partilham, e para os problemas gerais relacionados com a água, esta iniciativa conta com a participação de cerca de 30 jovens portugueses e espanhóis, que realizarão ainda durante os sete dias do percurso a recolha de material fotográfico, em vídeo outros, com o objectivo de elaborar um documentário de sensibilização e denúncia de situações detectadas.

Estão previstas, entre outras, paragens em Cáceres, Alcantara, Cedillo, Santana (Nisa), Abrantes, Constância, Chamusca, Santarém, Benfica do Ribatejo, Vila Franca de Xira, Alhandra, Lisboa e Seixal. Os participantes vão ainda estar presentes num conjunto de iniciativas de convívio em Espanha e Portugal, nomeadamente em Cedillo, Santana, Abrantes e Vila Franca de Xira.

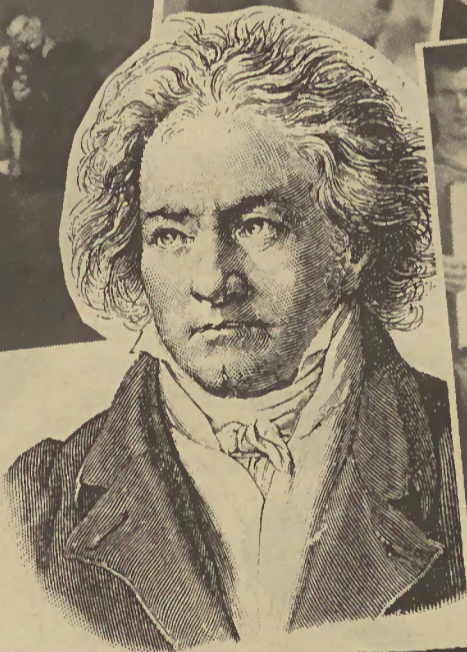
Durante a descida, a Juventude CDU promove vários encontros com a imprensa e com as populações onde apresentará um documentário político.

A festa!

AMORA-SEIXAL
1, 2 e 3 SETEMBRO

Swante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO
17 de Agosto de 1995
Não pode ser vendido
separadamente



A Festa das Músicas



TO DA A MÚSICA

O programa musical da Festa do «Avante!» de 1995 é talvez, do ponto de vista dos géneros abrangidos, dos mais completos de sempre.

A música popular portuguesa de directas raízes etnográficas como a da **Brigada Victor Jara** e do **Navegante** lado a lado com a criadora elaboração sobre essas raízes de **Fausto**.

O rock de **Xana** e dos **Ramp** lado a lado com a música satírica dos **Quinta do Bill** ou as influências de soul e salsa de **Pedro Abrunhosa**. A música negra da África lusófona dos **Tabanka Djaz** com essa mesma música mesclada com o reggae dos **Kussundulola** e o rap do **General D** e os **Karapinhas**.

As canções em português de **Jorge Palma** lado a lado com o fado recriado de **Mísia** e o fado clássico de alguns dos seus maiores intérpretes. O jazz português de **Carlos Barretto**, **Bernardo Sasseti**, **João Paulo** lado a lado com o experimentalismo dos **Telectu** e de **Elliot Sharp** ou a memória do jazz de Django com **Fapy Lafertin**.

O folk anglo-irlandês dos **White Horse Ceilidh Band** lado a lado com o som forte dos blues de Chicago de **Cash McCall**, **A.C. Reed**, dos **Chicago Rhythm & Blues Kings**.

O cajun da Louisiana dos **French Alligators** lado a lado da memória tradicional do Quebec francófono com os **La Bottine Souriante**.

E, lado a lado com todo este universo que percorre o mundo da música popular saltando países e oceanos, a música clássica de **Ludwig van Beethoven** pela **Orquestra Metropolitana de Lisboa** dirigida por **Miguel Graça Moura**. Muito há a dizer sobre uma Festa que assim abre as portas aos sons, às ideias e à vida. E muito esta Festa significa sobre a vida, as ideias e os sons dos homens, mulheres e jovens que a criam e constroem.

Essa abertura ao mundo, que em tudo se manifesta na Festa - do desporto lado a lado com a pintura, de Van Gogh lado a lado com a solidariedade internacionalista - é seguramente a dos comunistas portugueses, mas bebe tradições e raízes no que mais humano e mais vasto contém a cultura do Homem. Há seis anos, em 1989, pouco menos de um ano antes de desaparecer, o compositor e maestro americano Leonard Bernstein concedeu uma longa entrevista ao musicólogo italiano Enrico Castiglione editada em Itália sob o título «Una Vita per la Musica» e traduzido para francês sob a bem mais feliz designação «Le Partage de la Musique» - a partilha da música.

Aqui ficam as palavras de um homem a quem Castiglione chamou «um humanista exigente que foi tanto um mestre da vida como um mestre da música». E que teria gostado sem dúvida do programa musical da 19ª Festa do «Avante!», ali, à beira do Tejo, na Quinta da Atalaia.

Enrico Castiglione - Compôs numerosas obras abrangendo os mais diversos géneros: escreveu três sinfonias, numerosos bailados, comédias musicais e canções de sucesso, músicas para filmes, música coral e religiosa, uma missa, uma ópera, música de circunstância ou, se preferir, trechos com características brilhantes e humorísticas que por vezes se aparentam com um tipo de música geralmente definido como «popular». Do seu ponto de vista, que diferença há entre a música «ligeira» ou «popular» e a música «clássica»?

Leonard Bernstein - Escrevi um livro para responder a essa questão, para explicar «a infinita variedade da música». O problema, antes de tudo o mais, é o de compreender o que é de facto a música que habitualmente se chama «clássica». A opinião comum baseia-se num mal-entendido.

EC - Que mal-entendido?

LB - Em teoria, não é difícil dar resposta a essa questão: pode dizer-se, simplesmente, que a música «clássica» é tudo o que não é jazz, rock, folk, etc. Mas esta resposta não é satisfatória. A expressão «música clássica» é errónea

porque a música «clássica» corresponde na realidade a um período bem determinado da história da música, que não é seguramente o de Mahler ou de Stravinsky. Para remontarmos ao período «clássico» teremos de ir mais atrás, antes de Mozart, e descobriremos essencialmente o universo de Bach e dos seus contemporâneos. Por que razão

cometemos então o erro de definir como «clássica» uma música que o não é? A resposta a esta questão pode igualmente ser simples: não encontramos ainda uma forma melhor de distinguir a

música cultivada da música ligeira. Mas atenção: a expressão «música cultivada» contém também uma armadilha. De facto, esta forma de definir a música subentende que ela se reserva a pessoas inteligentes e cultivadas: nada de mais ridículo. Quantos ignoram que o verdadeiro responsável pela II Guerra Mundial [NT - referência a Adolf Hitler] amava apaixonadamente Mozart?

C - Será então conveniente fazer apenas música, como se faz literatura, intuir ou scultura?

B - Seria possivelmente o preferível, mas

talvez a melhor expressão seja «música exacta». Isto não significa que ela tenha sido ditada por Deus e seja por isso perfeita, mas sim que foi escrita por um compositor de uma forma que

todo o instrumentista e todo o cantor deve respeitar ao interpretá-la. A diferença não reside no grau de sensibilidade da música, mais ou menos elevada, mas antes na notação

musical. É antes de tudo o mais uma questão de escrita: pode-se tocar ou cantar uma canção popular de mil maneiras diferentes sem jamais se afastar da sua melodia. Pelo contrário, a música de Beethoven tem de ser executada de uma maneira determinada, e só dessa maneira, com um número determinado de instrumentistas e respeitando características expressivas determinadas, independentemente das nuances interpretativas e da sensibilidade do chefe de orquestra, que será sempre diferente da de outro maestro.

(...)

EC - É da opinião que a perda do contacto com a música popular contribuiu para agravar a situação da música no nosso tempo? [NT - A entrevista foi realizada em 1989]

LB - No passado, a música popular ou, se se preferir, a música folclórica desempenhou um papel essencial: Mozart, Beethoven, Schubert, Tchaikovsky e tantos outros dedicaram grande atenção à música popular e, muitas vezes, usaram-na de forma explícita. Mas, após o fim da primeira parte do nosso século, e indubitavelmente nos anos 50, a música enveredou por um caminho muito perigoso, isolando-se do público e encerrando-se em impenetráveis

torres de marfim que rapidamente proclamaram que se aproximava o fim da música. Hoje, felizmente, muitos compositores compreenderam que a música não é uma arte reservada a alguns eleitos, mas um instrumento de comunicação extraordinariamente eficaz, que tem o direito de mobilizar o auditor e de exprimir qualquer coisa. Não compreendo um artista que crie exclusivamente para si próprio; pelo contrário, penso que não se pode chamar a um homem assim um «artista». Artista é aquele que cria para os outros e para viver com os outros a sua criação. Quando componho música não penso exclusivamente em mim, nas minhas ambições ou nos meus lucros pessoais, porque desejo que a minha música toque o maior número de pessoas possível. Jamais escrevi uma nota que não contenha uma emoção, um sentimento, uma declaração, uma mensagem. A música que nada tem a comunicar não é digna desse nome.

EC - Seja como for, a chamada música «popular» desempenha um importante papel na sua obra.

LB - Sempre gostei da música popular. De facto, a tradição popular exerceu sobre mim uma particular atracção. É a razão pela qual tenho sido frequentemente acusado de ser um

compositor frívolo e superficial. Que seja, admitamos que o sou de facto: mas acrescento que me sinto orgulhoso de o ser porque compositores como Mozart, Schubert, Tchaikovsky e mesmo Mahler escreveram música maravilhosamente frívola e sinto-me honrado de pertencer a tal grupo, mesmo tendo eles escrito música melhor do que a minha.

(...)

EC - Na sua música, e na de muitos compositores europeus, encontram-se numerosas referências ao mundo do jazz: mas a capacidade rejuvenescedora do universo do jazz não se limitará à música americana?

LB - Não, não creio que o jazz seja propriedade exclusiva da música americana. Eric Satie, Debussy, Ravel, Milhaud e mesmo Stravinsky compuseram obras nas quais é possível reconhecer ritmos sincopados muito semelhantes aos do jazz. Mas é contudo verdade que o jazz pertence à América. A Sinfonia nº 3 de [Aaron] Copland, uma das mais belas obras escritas nos Estados Unidos, está muito próxima do jazz e pode mesmo dizer-se que ali não há nenhuma diferença entre a música sinfónica e o jazz.

EC - Apesar disso, quando se fala de jazz ainda há muita

gente que torce o nariz...

LB - Infelizmente, muita gente considera que a música popular é inferior. Se se entende que apenas por o ser a música popular é uma música inferior - então eu não estou de acordo: uma sinfonia não é melhor do que uma canção simplesmente porque é uma sinfonia! Os minuetes de Haydn ou de Mozart são inferiores aos seus adágios? Não passam porém de danças campestres e isso prova uma vez mais que a música tem origens populares. É por isso que não aceito que se defina o jazz como um género musical de segunda categoria. É preciso saber distinguir as diferentes épocas históricas e reconhecer o jazz autêntico. Se lhe perguntar o nome de um verdadeiro compositor de jazz talvez não seja capaz de me indicar um com toda a certeza: é aí que reside a diferença e a importância do jazz, que não tem verdadeiramente compositor porque se trata justamente de uma forma de arte de improvisação?

(...)

EC - Se não tivesse sido músico, teria sido político?

LB - Não sei, creio

que sou já as duas coisas, pode mesmo escrever que sou um músico político: mas não o inverso!

(...)

Contrariamente ao que se ouve dizer por todo o lado, a política é uma arte nobre: é o homem moderno, ou antes, um certo tipo de homem moderno quem fez da política uma técnica para se enriquecer à custa dos mais fracos. Sim, por mim, eu continuo a acreditar na política e na possibilidade de viver num mundo melhor. A música é a única arte que me permite acreditá-lo e, esteja onde

estiver, tento comunicar esse meu estado de espírito aos meus semelhantes. É aliás o que tento exprimir na minha música...

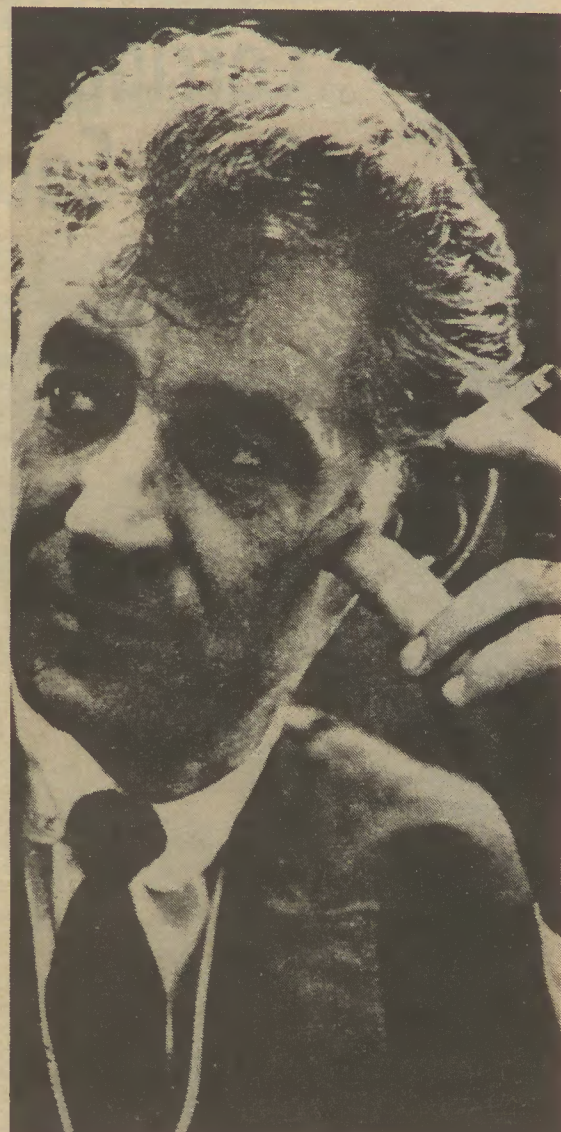
(...)

EC - Reconhece à música o poder de unir os homens?

LB - A música é a mais profunda linguagem do Homem. Graças a ela podemos ainda sentirmo-nos unidos e, estou absolutamente seguro, se queremos ser verdadeiramente homens é indispensável que o sejamos unidos.



Desenho de Pablo Picasso



BERNSTEIN, Leonard. Le Partage de la Musique. Entretiens avec Enrico Castiglione. Belfond. Paris, 1993

Mais de 500 atletas e 50 equipas inscritos na Corrida da Festa

O número de inscrições na Corrida da Festa já ultrapassou os 500 atletas e 50 equipas, prevendo-se que continue a crescer até ao próximo dia 25 do corrente mês, data-limite em que serão aceites novos inscritos.

A partida será dada pelas 9.30 horas do dia 3 de Setembro, frente às bombas de gasolina perto do Campo da Amora. A meta será colocada junto a este recinto, que servirá ainda de local de concentração de atletas, antes da prova.

Entretanto, várias personalidades ligadas ao desporto têm

manifestado o seu apoio e apreço pela realização da Corrida da Festa do «Avante!». Publicamos a seguir alguns dos depoimentos prestados sobre este acontecimento desportivo.

Eles apoiam a corrida

Fernando Tavares
Coordenador da Zona Ocidental do PDATL da CML
A Corrida da Festa ganhou por mérito próprio o prestígio que

lhe advém de estar integrada, como deve ser, numa grande iniciativa cultural de raízes populares - a Festa do «Avante!». É a procura de actividades desportivas por um número elevado de cidadãos que poderá motivar e induzir a elaboração de uma verdadeira política desportiva, até agora inexistente entre nós, quer pela omissão quer por intenção. Assim se para além de um momento de elevada confraternização e salutar prática da actividade física, neste

caso através da Corrida, pudermos com a força da nossa participação alertar para a necessidade da educação física e desporto ser equacionada de acordo com a nossa Constituição, então estaremos duplamente de parabéns. A todos os que participam e concretizam a Corrida da Festa os meus parabéns».

Luís Horta
Ex-Atleta de alta competição do SLB
Médico do SLB
Todos reconheceréis a

importância da prática da corrida na obtenção do bem-estar físico, psíquico e social dos seres humanos, ou seja, dum bom estado de saúde. Como médico, aconselho a prática da corrida a todos os indivíduos que não tenham contra-indicações médicas para a sua execução. São de elogiar todos os esforços para implantar a prática da corrida e dessa forma salientar a iniciativa da Festa do «Avante!», ao organizar anualmente a sua

corrida que é já uma tradição no roteiro das corridas de estrada em Portugal. Mas como não há bela sem senão, muito se tem falado ultimamente dos eventuais malefícios da prática da corrida se não forem respeitados certos limites que variam de indivíduo para indivíduo. Se uma colher de xarope pode salvar, quatro ou cinco colheres podem matar.

Mário Paiva
Assessor do vereador **Caleia Rodrigues**
do pelouro do

desporto da CML
As novéis cidades de Amora e Seixal têm acolhido desde o ano de 1989 um acontecimento desportivo verdadeiramente relevante, consubstanciado numa óptica exemplar, que a expressiva massa de praticantes valoriza com a sua adesão.

O fenómeno desportivo em Portugal, que na actualidade se mostra algo degradado nalguns dos seus valores conceituais, têm na Corrida do «Avante!» um exemplo que transfigura completamente o «estado de sítio» referido. São pois as largas centenas de corredores, oriundos de todo o Portugal, que, como vem sendo



hábito nesta altura, dão um nobre exemplo ao participarem e conviverem com pureza e alegria contagiante, no próximo dia 3 de Setembro, na 8ª edição da Corrida do «Avante!», que assim se vem tornando um acontecimento cidadão de raiz popular, tendo como palco um bonito cenário oferecido pelas cidades anfitriãs.

O atletismo português, que vive momentos de euforia pelas notáveis façanhas produzidas nos campeonatos do mundo, realizados na cidade de Gotemburgo, em especial pela Fernanda

Ribeiro, Manuela Machado e Carla Sacramento, esta residente no Seixal, fica mais enriquecido pela organização desta competição.

O numeroso afluxo de aderentes a que já nos habituámos, de todos os níveis qualitativos, vem fornecer com a sua presença um conteúdo festivo, competindo e convivendo, usando até um direito que a Constituição da República Portuguesa normativiza. A Corrida do «Avante!», pela sua natureza popular e expressão, e já reconhecida com uma jornada fundamental

do calendário nacional de provas de estrada, tendo certamente contribuído pela sua credibilidade, a par de outras corridas do género, para motivar a criação de um sector específico na Federação Portuguesa de Atletismo, que se encontra em fase de arranque, com vista a controlar e disciplinar este tipo de provas. Estão pois de parabéns os organizadores pela sua persistência e dedicação, que se vêm manifestando desde 1988 ano da primeira corrida.

Vamos todos fazer votos para que o sucesso da 8ª Corrida do «Avante!» seja um facto.

Corrida da Festa saúda Carla Sacramento e Fernanda Ribeiro



Na foto, Carla Sacramento entrega o prémio a José Soldado, vencedor absoluto da Corrida da Festa de 1992. Esta atleta tem sido colaboradora da Corrida desde que ela se iniciou na Amora.

A Comissão de Organização da Corrida da Festa do «Avante!» do PCP enviou mensagens às atletas Carla Sacramento e Fernanda Ribeiro felicitando-as pelos êxitos obtidos nos campeonatos do mundo de atletismo na Suécia.

Na saudação enviada a Carla Sacramento, atleta que conquistou a medalha de bronze nos 1500 metros, a Comissão felicita igualmente o seu treinador, prof^o Fonseca e Costa e o Maratona Clube da Maia, referindo a seguir:

«É com viva emoção que assistimos à obtenção de mais uma medalha para o atletismo nacional, a qual, pensamos, irá influenciar os jovens portugueses, em especial do escalão feminino, a aderirem à prática deste desporto».

Na missiva enviada a Fernanda Ribeiro refere-se: «Tendo assistido ao brilhante comportamento da atleta na prova dos 10 mil metros que culminou com a obtenção de uma medalha de ouro nos campeonatos do mundo de atletismo, manifestamos as mais calorosas felicitações à atleta, ao seu treinador prof^o João Campos e ao seu clube, Futebol Clube do Porto».

Em mensagem posterior, a Comissão da Corrida da Festa associou-se «à alegria da representação portuguesa» após a conquista da quarta medalha «através do excelente comportamento da atleta Fernanda Ribeiro». O texto felicita «particularmente a atleta Fernanda Ribeiro pela qualidade revelada nos campeonatos do mundo de que esta segunda medalha foi prova bastante». A Comissão felicita igualmente «toda a família do atletismo português, nomeadamente a FPA, AAT, FCP e o treinador prof. João Campos».